



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0035/08	DATA: 22/02/2008
INÍCIO: 09h32min	TÉRMINO: 13h32min	DURAÇÃO: 03h59min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h59min	PÁGINAS: 82	QUARTOS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MAURÍCIO CAMPOS JÚNIOR – Secretário de Defesa Social do Estado de Minas Gerais.
ALEXANDRE CARVALHO – Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.
JOÃO LEITE – Deputado Estadual, representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.
JOAQUIM JOSÉ MIRANDA JÚNIOR – Procurador-Geral de Justiça.
FERNANDO CAMPELO MARTELLETO – Defensor Público do Estado de Minas Gerais.
MARIA DE LOURDES OLIVEIRA – Representante da Pastoral Carcerária.
LEONARDO AGANETTE PESSOA – Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Minas Gerais.

SUMÁRIO: Reunião extraordinária de audiência pública, realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para debater com as autoridades locais e representantes das instituições mineiras os problemas encontrados no sistema carcerário do Estado e depoimentos sobre o caso do Rio Piracicaba.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
A reunião foi suspensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dentro de 3 minutos nós vamos dar início aos nossos trabalhos.

(Pausa.)

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada na Câmara Federal com a finalidade de investigar o Sistema Carcerário no Brasil. Nós queremos agradecer à Assembléia Legislativa por nos ceder esse espaço para que pudéssemos realizar esta audiência pública no dia de hoje.

Vamos dividir os trabalhos durante este dia em 2 etapas. Na primeira etapa, vamos debater com as autoridades locais e representantes das instituições mineiras os problemas encontrados no sistema carcerário do Estado de Minas Gerais. Na segunda parte, vamos iniciar uma oitiva de depoimentos sobre o caso do rio Piracicaba. Então, vamos assim proceder daqui por diante.

Queremos registrar que a CPI do Estado de Minas Gerais é composta pelos seguintes membros: Deputado Paulo Abi-Ackel, de Minas Gerais, Deputado Carlos Sampaio, do PSDB de São Paulo; Deputado Alexandre Silveira, do PPS de Minas Gerais; Deputado Neucimar Fraga – sou do PR do Espírito Santo e ainda tenho uma atribuição dupla, que é a de cuidar das praias dos mineiros, em Vila Velha, Guarapari, Ponta da Fruta e Marataízes; Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão; Deputada Cida Diogo, PT do Rio de Janeiro; Deputado Dr. Talmir, que precisou retornar ontem para o seu Estado e é do PV de São Paulo; Deputado Paulo Rubem Santiago, do PDT de Pernambuco, que está também acompanhando a diligência, e, por fim, a Deputada Maria do Carmo, de Minas Gerais, que também está acompanhando a nossa diligência.

Vamos precisar, talvez, de algumas cadeiras a mais aqui, mas quero convidar para fazer conosco parte da Mesa o Sr. Secretário de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, Dr. Maurício. *(Palmas.)* Queremos também convidar o representante da Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, o Deputado João Leite; o representante do Tribunal de Justiça, o Desembargador Alexandre Carvalho *(palmas.)*; o representante do Ministério Público designado, Dr. Joaquim José Miranda *(palmas.)*; e o representante da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, também designado, Dr. Fernando Campelo. *(Palmas.)*



Se houver alguém representando a OAB do Estado de Minas Gerais, pediria que se apresentasse, porque queremos convidá-lo também para tomar assento à Mesa para representar essa instituição. *(Pausa.)*

Se houver, também, algum representante da Pastoral Carcerária, pediria que se apresentasse, porque vamos convidá-lo para a Mesa também. *(Pausa.)*

Queremos registrar a presença — nós não temos lugar para todos sentarem aqui, mas já estamos providenciando algumas cadeiras — do Deputado Domingos Sávio, que já está conosco aqui; do Deputado Carlin Moura, que esteve conosco nos acompanhando junto com o Deputado Domingos Sávio ontem; do Deputado Mauri Torres, que é Líder do Governo na Assembléia Legislativa; do Deputado João Leite, que já está conosco representando aqui os Deputados da Assembléia Legislativa; do Deputado Wander Borges; Deputado Zé Maia; Deputado Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança — vamos convidá-lo para que esteja conosco, também, aqui; do Deputado Padre João e Deputado Adalclever Lopes, aqui do Estado de Minas Gerais.

Então, queremos agradecer aqui aos Deputados Estaduais e ao Presidente da Assembléia, o Deputado Alberto Pinto Coelho, pelo espaço e pelo apoio que tem dado aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito. *(Pausa.)*

A Presidência quer saber se o som está chegando bem aí. *(Pausa.)*

Quero, primeiramente, agradecer à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais por nos ceder esse espaço para a realização da audiência pública. Queremos também agradecer ao Governo do Estado de Minas Gerais, ao Governador Aécio Neves, pelo apoio que tem dado aos trabalhos desta Comissão em todas as oitavas realizadas no Estado de Minas Gerais, dando-nos todo do suporte logístico para que pudéssemos realizar os nossos trabalhos. Quero agradecer ainda à Secretaria de Defesa Social, na pessoa do Dr. Maurício, pelo apoio que tem dado a esta Comissão. Todas as informações que nós estamos solicitando ao Estado de Minas Gerais estão sendo encaminhados à CPI.

Quero pedir desculpas e convidar para que tome assento à Mesa também o Subsecretário de Assuntos Penitenciários, Dr. Genilson. *(Palmas.)*

Também quero agradecer, pelo apoio que tem dado aos trabalhos desta Comissão, à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Quero agradecer à Polícia



Civil do Estado de Minas Gerais também pelo apoio que tem dado aos trabalhos desta Comissão no Estado de Minas Gerais. Está aqui representando a Polícia Militar o Coronel Alexandre Salles Cordeiro. Queremos também convidá-lo para que esteja conosco aqui, Coronel Alexandre Salles. Dr. Marco Antônio Monteiro, representando o Dr. Nelson Constantino, Chefe da Polícia Civil. Então, queremos também convidar e agradecer à Polícia Militar e à Polícia Civil de Minas Gerais o apoio que tem dado aos trabalhos desta Comissão.

Há algumas informações que julgamos necessário serem repassadas para as autoridades locais. Primeiro, a CPI do Sistema Carcerário da Câmara dos Deputados foi instalada no dia 22 de agosto de 2007. Trata-se de uma CPI criada através de um requerimento proposto pelo Deputado Domingos Dutra, em abril de 2007. Foram coletadas todas as assinaturas necessárias, seguiu-se todo o rito de protocolo de uma CPI. Foi criada no mês de junho e foi instalada no dia 22 de agosto de 2007. No dia 23 de agosto, coincidentemente, tivemos o episódio de Ponte Nova, onde 25 presos morreram queimados dentro da cela 8 na penitenciária daquela cidade. Portanto, a CPI iniciou seus trabalhos justamente pelo caso de Ponte Nova, mas ela não foi criada para investigar apenas esse caso. Esta CPI foi criada para fazer um diagnóstico do sistema carcerário do Brasil.

Já estivemos em mais de 10 Estados brasileiros, discutindo, visitando as instalações, realizando audiências públicas, debatendo assuntos e problemas encontrados dentro do sistema carcerário no Brasil, como a presença de mulheres nas mesmas carceragens da população masculina em algumas cadeias e penitenciárias do Brasil; a presença de menores nos mesmos pavilhões onde estão alguns presos adultos. Estamos debatendo e discutindo com as autoridades do setor propostas e medidas para que possamos melhorar o sistema carcerário. Estamos tendo a oportunidade, por onde nós passamos, de discutir com as autoridades locais.

Já é a terceira vez que a CPI vem a Minas Gerais. Viemos 2 vezes para discutir o caso de Ponte Nova. Precisamos fazer 2 oitivas para ajudar na conclusão, e queríamos parabenizar a Corregedoria que concluiu o inquérito de Ponte Nova apontando na mesma direção que apontavam os trabalhos iniciais da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal, e agradeço por ter enviado para a CPI



todos os laudos periciais, todas as peças do inquérito, para que nós pudéssemos também formar o nosso juízo. Então, quero parabenizar o trabalho que foi feito pela Corregedoria de Polícia do Estado de Minas Gerais a respeito do caso de Ponte Nova.

Nós estamos aqui numa visita rotineira pelo País diagnosticar o sistema carcerário, mas vamos aproveitar para tomar depoimentos sobre o caso de Piracicaba, onde 8 presos morreram queimados dentro de uma cela da cadeia pública da cidade. Alguns membros da CPI vieram à Piracicaba alguns dias após o episódio. A CPI estava de recesso, mas o Relator, acompanhado de representantes, de Parlamentares mineiros, como o Deputado Alexandre Silveira, estiveram no local e coletaram as informações necessárias para que pudéssemos iniciar também uma investigação.

Esse não é um caso raro. Nós tivemos, praticamente num período de 5 meses, 33 presos que morreram queimados dentro do sistema carcerário mineiro. Isso chama a atenção das pessoas, chama a atenção das autoridades, chama a atenção da imprensa, e a CPI não vai se furtar da sua responsabilidade de investigar, de acompanhar e de ajudar nas investigações que estão sendo feitas a respeito desses 2 casos.

Então, nós queremos dizer que os motivos de a CPI estar no Estado de Minas Gerais são, primeiro, cumprir nossa obrigação de diagnosticar os problemas do sistema no Estado e, além desse diagnóstico, acompanhar as investigações desses 2 casos.

Quero dizer aos que aqui estão presentes, representantes da sociedade civil — quero cumprimentar as lideranças políticas, as lideranças religiosas, as lideranças sindicais, e quero até convidar depois para estar conosco à Mesa o representante dos agentes penitenciários do Estado de Minas, que têm papel muito importante — que estamos debatendo e discutindo com todas as autoridades esses problemas.

Encerro dizendo para as pessoas aqui presentes, autoridades e representantes do Governo do Estado de Minas Gerais, que reconhecemos o esforço que tem sido feito pelo Governo mineiro na ampliação de vagas no sistema carcerário. Sabemos que os problemas desafiam diversas administrações, mas nós não podemos nos ancorar no passado e deixar de fazer aquilo que deve ser feito no



Brasil. É por isso que a CPI tem cobrado resultados por onde passa, reconhecendo que o sistema carcerário brasileiro é um sistema falido; é um sistema que conta, com raríssimas exceções, com experiências exitosas, como a APAC de Nova Lima, que nós conhecemos ontem, exemplo que pode ser seguido.

Nem todos têm a mesma visão sobre o regime penitenciário no Brasil. Nem todos têm uma visão poética sobre a população carcerária. E apesar de a Lei de Execução Penal no Brasil ser única, cada Estado a aplica do jeito que quer; cada diretor administra a penitenciária de acordo com suas convicções e com sua forma de administrar. Nós não temos no Brasil, apesar de termos uma lei única, uma padronização de procedimentos, normas e condutas dentro dos presídios brasileiros. A CPI, preocupada com isso, está debatendo esses problemas.

Queremos propor alteração na legislação penal, como nós estamos discutindo a polícia penitenciária; como estamos discutindo normas, procedimentos e padrões dentro do sistema carcerário; como estamos discutindo um projeto arquitetônico padrão para o sistema carcerário brasileiro. Ou seja, nós estamos tentando dar nossa contribuição para reconstruir o sistema penitenciário no nosso Brasil, que como disse e volto a afirmar, é um sistema falido, com raríssimas exceções, e nem mesmo as exceções podem ser definidas como padrão pelos Estados que já têm boas experiências. Então, apesar de todos os esforços — e alguns Governos estão investindo, entre eles o Governo de Minas —, os problemas não estão sendo resolvidos com a urgência que merecem.

Concluo, dizendo o seguinte: investir em segurança pública, investir no sistema penitenciário não é dar regalia para preso. Investir no sistema penitenciário é garantir a segurança da população porque, hoje, a maior parte dos crimes são comandados de dentro das cadeias do nosso Brasil e os nossos presídios não cumprem suas funções. Nós, queremos cumprir as nossas. Como representantes do Parlamento brasileiro, estamos dando a nossa contribuição.

Quero passar a palavra, neste momento, ao Relator, para fazer uma breve saudação também aos presentes. Depois, vamos passar a palavra para as autoridades locais. O Secretário de Defesa deve fazer uma saudação também e falar do trabalho que está sendo realizado pelo Governo aqui no Estado. Em seguida, nós vamos passar a palavra aos representantes do Ministério Público, do



Tribunal de Justiça, da Defensoria Pública, que, posteriormente, serão indagados pela Comissão, pelos resultados e pelos números encontrados pela Comissão aqui no Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Relator, Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga; Deputados Carlos Sampaio, Paulo Abi-Ackel, Alexandre Silveira, Deputada Cida Diogo, em nome de V.Exas. quero saudar todos os políticos com mandatos que aqui estão presentes. Em nome do Deputado João Leite, saúdo todo o povo mineiro, inclusive a Mesa, já que, para ganharmos tempo, em função de uma Mesa tão ampla, não deu para anotar o nome de todos.

Sou do Maranhão e fui autor do requerimento que deu origem a esta CPI. Já estive em Minas por 3 vezes. Estivemos em Ponte Nova, investigando a tragédia onde 25 presos foram tragados pelo fogo numa cela; estivemos em Ipaba para dar continuidade aos depoimentos de Fonte Nova e, nos dias 3 e 9 de janeiro, juntamente com o Deputado Alexandre Silveira, estivemos em rio Piracicaba e nos municípios vizinhos para acompanhar uma outra tragédia, onde 8 presos foram mortos em consequência do fogo.

Quero dizer a todos os presentes que esta CPI é diferente das demais. Primeiro, não foi uma CPI criada por parte do Governo ou por parte da Oposição. Ela escapou dessa briga entre Governo e Oposição, como hoje é a CPI dos Cartões Corporativos. Segundo, ela não partiu inicialmente para indiciar ninguém. Queremos fazer um diagnóstico do sistema carcerário, compreendendo que tratar bem os presos no Brasil é tratar da segurança pública de 185 milhões de brasileiros.

Esta não é a CPI dos presos. Ela é a CPI do Sistema Penitenciário. Estamos preocupados com os agentes penitenciários que ganham mal, não têm contrato definitivo, como aqui em Minas; estamos preocupados com os policiais civis, que ganham pouco e trabalham muito; estamos preocupados com os policiais militares e com os defensores públicos para que eles possam dar assistência, nos termos da Constituição, aos necessitados; estamos preocupados com os juizes, que são poucos e cuidam com uma montanha de processos. Portanto, esta não é uma CPI de presos, mas, evidentemente, eles são o foco principal.



Se nós, que estamos aqui fora, chamados homens e mulheres livres, não os tratarmos com decência... Não apenas por uma questão humana, mas por uma obrigação legal, se não tratarmos esses presos com decência, todos nós, que estamos aqui fora, vamos pagar — e já estamos pagando uma conta muito alta. Do jeito que os presos são tratados no Brasil, como animais ou pior do que animais — porque até chiqueiro de porco é muito melhor do que a situação de muitos presos em cadeias e presídios. Como tratar os presos dessa forma? Cada preso que sai, já que não temos prisão perpétua ou pena de morte, ninguém pode passar mais do que 30 anos na cadeia, vai sair mais violento, cometer novos crimes e cada um de nós pagará a conta. E aí não adianta cada um de nós termos guarda-costas, cerca elétrica e grades de ferro, porque a criminalidade não terá limites.

Nesse sentido, queremos não apenas convencer as autoridades, mas todos nós, porque todos nós temos responsabilidade e ninguém quer chegar perto de preso. Preso não vota; 100% deles são pobres e não têm carteira assinada, não tem família estruturada e não têm renda. Então, deixa morrer? Queremos que os agentes públicos cumpram seu papel, mas queremos também ganhar a sociedade para essa batalha, porque a grande maioria acha que presos têm que ser tratados como animais.

Encerro, Sr. Presidente, nessa perspectiva de ganharmos a sociedade para essa causa e, ganhando a sociedade, ganhar os Governos dos Estados, o Governo Federal, o Ministério Público, o Poder Judiciário e não podemos abrir mão da imprensa. Se esta CPI fizer um trabalho escondido, não vamos chegar a objetivo nenhum. É preciso atingir as populações mais carentes; é preciso atingir aqueles mais ricos e é preciso tratar do povo brasileiro de forma integral. E a mídia — e aqui quero agradecer — é fundamental para que o povo tenha uma outra visão dos presos. Antes da CPI, só se via presos rebelados, com as cabeças de alguns deles, que eles matavam, espetadas numa vara e a população dizendo que são bárbaros, quando, na verdade, preso quando faz rebelião — fora lá em São Paulo, que o PCC articula as grandes rebeliões — é porque não suporta a tortura psicológica e física em cadeias e em presídios. Então, matam os outros colegas, exibem ponta de vara para poderem chamar a atenção da sociedade.



Agora, me parece, Sr. Presidente, que estamos colocando esse debate num outro patamar; os Governos de Estado estão inserindo na sua agenda. O Poder Judiciário tem que inserir na sua agenda. Não estamos aqui para responsabilizar nenhum Governo. Eu não fiz CPI para agradar nem para desagradar Governo, mas, em nome da verdade, eu vou desagradar Governo do PSDB, do PP, do PDT, doa a quem doer. Por isso acho que a imprensa é fundamental colocar isso para frente.

Quero registrar aqui que ontem fiquei constrangido porque a imprensa de Minas Gerais não pôde cobrir todas as visitas. Isso não ajuda. Perguntei ao Deputado João Leite por que não está passando na tevê aqui da Assembléia? É fundamental que a gente registre esta audiência. É fundamental. (*Palmas.*). Tratar uma audiência pública, esconder da mídia é repetir o erro de tratar os presos escondidos, amontoados como animais.

Portanto, eu queria, ao fazer esta introdução, fazer um apelo à direção da Casa para que, se possível, transmita a sessão. Nós aqui não estamos com o objetivo de atingir ninguém. Nós queremos, evidentemente, ter contribuições. É claro que, por mais duras que sejam as minhas palavras, elas estão muito longe da realidade que estamos vendo; muito longe de presos mortos queimados; muito longe de menores, como lá em Abaetetuba, que tem uma Governadora do PT, com 40 homens numa cela e ainda as autoridades dizem que a presa é que se insinuava para os homens.

Não queremos, no final dessa CPI, dizer que os culpados por o sistema estar assim são os presos ou punir o carcereiro. Queremos, sobretudo, obter sugestões para, no final, contribuir para humanizar o sistema carcerário e, humanizando o sistema carcerário, humanizarmos a população carcerária, pois assim estaremos contribuindo com a segurança pública de todos os brasileiros.

Portanto, encerro pedindo, primeiro, que a imprensa tenha livre acesso aqui. Vou para o Maranhão na sexta-feira, lá a mídia toda é do Sarney, que é meu adversário, a segunda mídia é do Lobão, o Governador é do PDT, que eu apóio, mas lá eu quero que o maior número de imprensa participe, não há o que esconder.

Sr. Presidente, quero aqui fazer este depoimento e dizer os objetivos desta Comissão e espero, sinceramente, que possamos sair daqui com essa visão ampla. Aqui existem coisas positivas, mas vamos compartilhar as responsabilidades, que



não são só do Governo do Estado, não são só de Ministério Público, não são de Poder Judiciário; são de todos nós, inclusive do Congresso Nacional, que não conhece essa realidade e produz leis que têm conseqüências danosas para o sistema. Se parem leis sem se preocupar onde está o dinheiro, cadê a estrutura? Cadê o pessoal?

Não estou aqui me dirigindo a ninguém, mas quero dizer com toda a franqueza que não medirei minhas palavras um minuto para não ofender este ou aquele. Não é a intenção, mas acho que a realidade do sistema carcerário merece ser enfrentada com sinceridade, com realismo, com criatividade, para a gente poder, daqui a 10 ou 20 anos, ter uma sociedade mais justa e sobretudo segura.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Deputado Domingos Dutra e o parabenizamos pela sua luta em favor das minorias do Brasil, pelos direitos humanos e reconhecemos o seu trabalho.

Vamos passar a palavra neste momento ao Secretário de Defesa do Estado de Minas Gerais, Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS JÚNIOR - Sr. Presidente...

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Sr. Presidente, antes de o Secretário falar, eu gostaria que V.Exa., como Presidente da CPI, encaminhasse formalmente ao Presidente da Casa, para que ele pudesse liberar, para que a *TV Assembléia* pudesse transmitir essa audiência e esse processo de discussão da CPI. Que V.Exa., como Presidente, pudesse encaminhar à Presidência da Casa essa solicitação formalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Determino à Secretaria da Comissão que faça um expediente então ao Presidente da Casa, à Diretoria de Comunicação. Seria importante realmente, já que outras televisões mais distantes estão aqui, que a TV local pudesse também estar presente, até para registro da Comissão de Segurança e Direitos Humanos, que representa a Assembléia nesta audiência.

Com a palavra o Secretário de Defesa Social, Dr. Maurício Campos.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS JUNIOR - Antes de fazer minha exposição e até mesmo cumprimentar todos os membros da Mesa, há um pequeno vídeo de 3



minutos, um pouco mais do que isso, que está no ponto para ser apresentado, relativo a algumas ações nessa área específica do sistema carcerário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k., está autorizado. Peço para apagarem as luzes próximas.

(Segue-se exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Maurício...

O SR. MAURÍCIO CAMPOS JÚNIOR - Indago, Sr. Presidente, se é apenas para uma saudação de abertura ou é já para que possamos avançar nos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos...

O SR. MAURÍCIO CAMPOS JÚNIOR - Não, Sr. Presidente, pergunto a V.Exa. se é apenas uma saudação de abertura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Peço para aumentar o som.

O SR. MAURÍCIO CAMPOS JÚNIOR - Se for, queria dizer, em nome da Secretaria de Estado e Defesa Social, da satisfação do Governo do Estado de Minas Gerais de receber a Comissão Parlamentar de Inquérito que discute uma questão que nos é muito cara e que tem sido enfrentada com muita seriedade e responsabilidade pelo Governo de Minas Gerais.

O vídeo é apenas uma demonstração de que, em Minas, estamos trabalhando e muito para superar problemas que são históricos, e que esta CPI tem naturalmente levado de algum modo à exposição pública, o que fomenta e permite o debate.

Temos aqui, em Minas Gerais, várias ações tanto em relação ao sistema penitenciário tradicional, presídios tradicionais; um processo de migração da carceragem da Polícia Civil para a Subsecretaria de Administração Prisional, o que veremos; um fomento ao modelo APAC, que V.Exa. pôde conhecer ontem, em Nova Lima, e que tem constituído uma das melhores formas de enfrentamento desse problema, a participação comunitária na execução da pena. E aqui em Minas ainda lançamos um projeto inovador, que é o da parceria público-privada em matéria penitenciária. Há consulta pública neste exato instante e esse projeto inovador tem servido de modelo para todo o País.



Então Sr. Presidente, queira compreender que em Minas temos problemas, ainda que não foram gerados ou criados neste Governo, mas que são enfrentados por este Governo.

Na condição de Secretário de Estado de Defesa Social, há um ano nesta Pasta, posso dizer que a Secretaria não criou o Distrito de Contagem. Aquela é uma realidade existente. E posso afirmar a V.Exa. que não sairei desta Pasta sem que aquela realidade seja transformada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Queremos também registrar presença do Sr. Nelson Messias, que é Presidente da Associação de Magistrados do Estado de Minas Gerais.

Vamos passar a palavra neste momento, para uma saudação também, ao representante do Tribunal de Justiça, Desembargador Alexandre Carvalho.

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Sr. Presidente, Deputado Federal Neucimar Fraga, em nome de quem cumprimento todo os integrantes desta Mesa Diretora dos trabalhos, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais também vê com muito bons olhos a iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito de investigar problemas na área carcerária. O Tribunal de Justiça se coloca absolutamente à disposição para poder, com a CPI, estabelecer um diálogo e discutir os eventuais problemas que no Poder Judiciário possam ser encontrados em relação ao sistema prisional, área que é multifacetada.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Sr. Presidente, sempre envidou todos os esforços, através de seus Presidentes e do atual, no sentido de contribuir para que a realidade do sistema prisional seja transformada. Sabemos, como afirmado pelo eminente Deputado Federal Relator, da carência de Magistrados, mas estaremos dispostos aqui a mencionar para V.Exas. o porquê da existência dessa carência em algumas comarcas.

O Tribunal de Justiça sempre esteve extremamente atento ao problema da execução penal. Temos juízes de grande envergadura, como o aqui presente o Dr. Herbert Carneiro, que cuida da área de execução na Comarca de Belo Horizonte. E estamos dispostos, como eu disse, a dialogar com esta CPI, com as demais



instituições envolvidas no âmbito da execução penal, para que possamos contribuir para um aprimoramento do sistema prisional

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Desembargador Alexandre Carvalho.

Passamos a palavra neste momento ao representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, o Deputado João Leite.

O SR. JOÃO LEITE - Muito obrigado. Queria saudar o Presidente desta CPI, Deputado Neucimar Fraga; também o Relator, Deputado Dutra; Deputada Cida Diogo, Deputado Carlos Sampaio, a quem nós admiramos tanto por sua atuação em CPIs recentes; queria saudar os Deputados de Minas Gerais aqui presentes, Deputado Alexandre Silveira, Deputado Abi-Ackel, todos os assessores desta CPI.

Tenho a honra aqui de falar em nome da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. O Relator já fez aqui uma provocação por conta da *TV Assembléia* e já há um requerimento por escrito. É uma decisão da direção da Assembléia Legislativa. Imagino que, neste momento, isso já esteja sendo acertado.

Sem dúvida que é algo importante. A *TV Assembléia* hoje já alcança mais de 300 Municípios de Minas Gerais. Sem dúvida, seria um momento importante as nossas cidades estarem acompanhando um trabalho tão importante quanto o que esta CPI realiza.

Sinto não estar aqui o Deputado Ivair Nogueira, que foi Relator da CPI do Sistema Penitenciário em Minas Gerais, em 1997. Foi um relatório reconhecido pela *Human Rights Watch* como o trabalho com mais conteúdo realizado no Brasil em relação ao sistema penitenciário. Eu tive a honra de presidir aquela CPI. Daquela CPI, nós tivemos 10 novas legislações no Estado de Minas Gerais. Foi aquela CPI que visitou a APAC em Itaúna, com o nosso Presidente da Associação aqui, e recomendou no seu relatório final que aquele modelo deveria ser adotado em Minas Gerais, e tivemos um grande apoio do Desembargador Alves de Andrade, do Tribunal de Justiça, de todos os juizes de Minas Gerais, que hoje entendem a importância da APAC. E aqui, na Comissão de Direitos Humanos na Assembléia Legislativa, presidida pelo Deputado Durval Ângelo, permanentemente recebemos visitas de pessoas solicitando que a APAC seja instalada no seu município. Recentemente recebemos aqui o Ministério Público solicitando que tenhamos a



APAC feminina em Belo Horizonte. Então, desde 1997, aquele relatório já recomendava isso.

Eu queria só lembrar alguns momentos daquela CPI que foram importantes. Alguns números: naquela altura, Minas Gerais tinha 2.300 internos no sistema penitenciário. Essa Secretaria, hoje dirigida pelo Secretário Maurício Campos e que tem como Subsecretário Genivaldo Severino, tinha, então, 2.300 presos. A Polícia Civil cuidava naquela altura de 10.500 presos. E foi uma luta muito grande — era uma das legislações propostas por nós — a transferência desses presos para o sistema penitenciário, porque víamos as situações. Nós tínhamos algumas situações naquela altura como a da Delegacia de Tóxicos, o chamado Inferno da Lagoinha, com uma ciranda de morte: a escolha de presos que iriam morrer no outro dia; nós vivemos a situação da Furtos e Roubos; vivemos a situação do Palmital, uma cadeia do lado de uma escola de crianças, e que a CPI determinou, naquela altura, o fechamento daquela unidade. Então nós tínhamos uma situação, em Minas Gerais, muito grave. Aquela CPI nasce justamente com a fuga de Fernando Beira-Mar de uma das nossas unidades. O Deputado Martini, hoje Deputado Federal por Minas Gerais, solicitou então que tivéssemos aquela CPI naquele momento.

Hoje nós temos uma outra situação. Eu lembro de uma outra legislação, que era a presença do defensor público em todas as comarcas do Estado de Minas Gerais. Nós vemos hoje uma situação diferente em Minas Gerais em relação à Defensoria Pública, até à valorização, muito apoiada pela Assembléia Legislativa. A Assembléia Legislativa de Minas Gerais — e aqui estão vários Deputados; está o nosso Presidente da Comissão de Segurança, o Deputado Sargento Rodrigues, que realiza um trabalho permanente de acompanhamento também nas nossas unidades penais — está permanentemente atenta a essa questão.

A Assembléia autorizou, de 2003 até 2007, o aporte de aproximadamente 16 bilhões para a segurança pública no Estado de Minas Gerais. Claro, o Governo do Estado, o Executivo está investindo, mas autorizado pela Assembléia Legislativa, entendendo que é muito importante. Só pra termos uma idéia, os números hoje são muito diferentes. Temos hoje, com o Dr. Genilson Zeferino no sistema penitenciário, 24 mil presos; e, com a Polícia Civil, temos 15 mil, aproximadamente. Então, pela primeira vez na história de Minas Gerais, temos uma mudança, e aí temos de



reconhecer. Aqui eu faço parte do partido do Governo, mas em 1997, eu também fazia parte — era o PSDB que estava no Governo — e nem por isso nós, naquela CPI, deixamos de indiciar 21 agentes do Estado. Nós temos que reconhecer esse avanço.

Queria falar mais coisas, mas quero terminar saudando muito a vinda desta Comissão à Minas Gerais. Nós todos — eu, o Deputado Ivair Nogueira, o Durval Ângelo, o Deputado Martini, o Deputado João Batista de Oliveira — que fizemos parte daquela Comissão, e hoje muitos Deputados desta Assembléia, estamos convencidos de algumas coisas e, por isso, saudamos a presença desta Comissão.

Nenhum Estado, e Minas Gerais muito mais... Às vezes vejo algumas comparações com outros Estados e não é possível fazer essa comparação, porque Minas Gerais detém 25% da malha rodoviária federal. Algumas das nossas cidades, como Betim e Contagem, são cortadas por 3 rodovias federais. Temos um vazio, como nunca tivemos na nossa história, de componentes da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais. Então, nós temos uma situação que pesa sobre o povo mineiro. Para nós é agradável receber todos do Brasil inteiro que passam pelas terras mineiras, pelas montanhas, mas é uma situação muito grave. E nós vemos então que precisamos, efetivamente, do concurso do Governo Federal, e por isso saúdo a presença da Câmara dos Deputados, porque nós precisamos de uma interação, e aí podemos falar sobre outros Estados também.

Qualquer grade de qualquer unidade que a gente visite em Minas Gerais, e estamos sempre visitando, praticamente 80% daqueles que estão presos ali estão pelo art. 12 ou pelo 33. Esse é um crime que acontece muito nas nossas estradas, e com essa característica de crime, às vezes, federal e até internacional, como era a situação de Fernando Beira-Mar, alguém que tinha relações internacionais e estava preso numa delegacia de Belo Horizonte. Então essa é uma questão que precisa, efetivamente, mudar. Talvez, ao final, no relatório do Deputado Dutra, ele vá poder trabalhar muito isso.

O Governo Federal... Nós precisamos de unidades federais em Minas Gerais. Há um convênio hoje do Governo do Estado com a Polícia Federal pra abrigar esses presos federais em Minas Gerais, mas nós vemos o crescimento desse número e desses crimes federais, o contrabando de armas pelas nossas estradas, e temos um



peso muito grande sobre as nossas polícias e sobre o sistema penitenciário de Minas Gerais em relação a essa questão. O investimento federal em Minas Gerais é muito pequeno e pesa... Eu falei em 16 bilhões. Desses 16 bilhões e 600 milhões, apenas 1,1% são recursos federais; os outros todos são recursos do Estado de Minas Gerais aprovado pela Assembléia Legislativa. Então, Deputado Dutra, Deputada Cida, Presidente Neucimar Fraga e demais componentes desta Comissão, é fundamental que a gente mude isso.

Às vezes querem comparar Minas Gerais, com seus 853 municípios, com o nosso Espírito Santo, que nós amamos tanto, não é, e estamos sempre lá nas praias. Mas o Espírito Santo tem 78 municípios e 2% da malha rodoviária federal. Não é possível comparar Minas Gerais com outros Estados da nossa federação.

Por isso eu queria saudar a presença dessa Comissão, nossa Comissão do nosso País, e desejar aos Deputados, à Deputada Cida Diogo que, ao final, tenhamos um relatório e legislações propostas que efetivamente venham ajudar esses internos do sistema penitenciário, para que eles experimentem realmente uma recuperação.

Termino mesmo lembrando o número do censo criminológico de 1995, que dizia que 85% dos internos do nosso sistema penitenciário incorriam novamente no crime: voltavam, cumpriam sua pena e cometiam crime novamente. Então, nós precisamos — e vem em boa hora essa CPI — de uma nova legislação. Precisamos de novas orientações. Agora, tenho que reconhecer que, durante esse tempo desde a CPI penitenciária, especialmente a partir de 2003, nós temos uma evolução de números. Em 2003, tínhamos 4 mil e poucas vagas no sistema penitenciário e, hoje, são 24 mil. Portanto, nós temos um esforço desse Governo, efetivamente, em todos os sentidos, até em relação aos direitos dos presos com a questão da Defensoria Pública.

Muito obrigado. Desculpe ter tomado muito tempo, mas falava em nome dos 77 Deputados da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Deputado João Leite.

Nós vamos passar a palavra agora ao representante do Ministério Público, Dr. Joaquim José Miranda, que terá a palavra.



Enquanto o Joaquim se prepara, nós só queremos lembrar aos presentes que, durante 500 anos da História do Brasil, nunca foi construído um presídio federal. Em 2003, o Governo anunciou a construção de 5 novos presídios federais. Apenas 4 Estados se apresentaram para receber esses presídios.

Na verdade, a população quer segurança, mas presídio, quebra-molas e ponto de ônibus ninguém quer perto da sua casa. Então, hoje o Governo tem dificuldade de encontrar um Estado que queira um presídio federal. Espírito Santo foi contemplado com um, meu Estado. A cidade que foi contemplada não quis. O povo foi para a rua... E o primeiro presídio federal construído no Brasil, Deputado Carlos Sampaio, em Catanduva, foi inaugurado. Os presos que estão lá eram os chefes de gangues e dos presídios em diversos Estados do Brasil, que estavam promovendo rebeliões, queima de ônibus nos Estados. O Governo Federal teve que abrir as portas do presídio federal para receber os presos de diversos Estados, entre eles do meu Estado — 25 presos —, Pernambuco e Alagoas. Isso para o Governo abrigar aqueles presos, deixar de forma incomunicável, para que eles não pudessem mais comandar as rebeliões e as tragédias dentro dos presídios de diversos Estados brasileiros.

Então, acho que o Estado de Minas Gerais poderia até requerer ao Governo Federal, que está precisando de um Estado para construir um presídio federal. Tem um ainda para ser construído — que nenhum Estado quis —, e talvez se pudesse requerer para construir um presídio aqui, para ajudar nessa questão. Eu acho muito importante.

Com a palavra o representante do Ministério Público, Dr. Joaquim José Miranda.

O SR. JOAQUIM JOSÉ MIRANDA JÚNIOR - Muito bom dia, Sr. Deputado Neucimar Fraga, em nome de quem saúdo os demais Parlamentares Federais aqui presentes; gostaria de saudar também os Parlamentares Estaduais, na pessoa do Sr. Deputado João Leite; gostaria de saudar os membros do Poder Judiciário, na pessoa do Sr. Desembargador Alexandre Carvalho; gostaria de saudar as autoridades militares, civis e todos os promotores de Justiça e promotoras que aqui estão, os ilustres defensores públicos, a imprensa, as senhores e os senhores aqui presentes.



O Ministério Público de Minas Gerais tem alegria de saudar a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Penitenciário, que se faz presente em Minas Gerais. De fato, é na soma de esforços que nós vamos alcançar os nossos objetivos.

A questão penitenciária em Minas Gerais, como de resto em todo o Brasil, precisa mesmo de uma intervenção, de uma atenção, de esforços voltados para que nós tenhamos, na pessoa do presidiário, alguém com esperanças de uma recuperação, de uma reinserção social e de um serviço prestado útil, eficaz e absolutamente reintegrado à sua vida social.

O Ministério Público gostaria de dizer, Sr. Presidente, que está atento ao seu dever constitucional. Mensalmente, os promotores de Justiça visitam cada um dos estabelecimentos prisionais do Estado de Minas Gerais, fazem os seus relatórios, enviam para a Corregedoria do Ministério Público, onde são regularmente contabilizados, analisados, e providências são tomadas a tempo e modo, inclusive com requerimentos constantes ao Poder Executivo.

Saiba o senhor que são dezenas de ações civis públicas ajuizadas com o objetivo de reformar estabelecimentos penitenciários, de interditar estabelecimentos penitenciários e, enfim, de promover transferência de presos para estabelecimentos adequados.

O Ministério Público tem assim sido, antes de mais nada, um parceiro do Poder Executivo: apontando soluções, acompanhando medidas que são tomadas no dia-a-dia. E, como nós dissemos na nossa palavra de saudação a esta CPI, na sua chegada, na data de ontem, o Ministério Público está disposto, como sempre, a colaborar com esta CPI e a fornecer todos os dados que eventualmente forem solicitados. Aqueles que V.Exa. rogou que nós o trouxéssemos já estão aqui em mãos. Faço questão de passar para a assessoria desta CPI.

Temos aqui o relatório de todas as comarcas, com os devidos provimentos pelos membros do Ministério Público. Temos também o relatório de visita mensal aos estabelecimentos prisionais, que são preenchidos mensalmente pelos promotores de Justiça.

Saiba que V.Exa. pode contar com o Ministério Público de Minas Gerais. Estamos à disposição. E é um prazer tê-los entre nós. Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos e queremos registrar também que o Dr. Joaquim esteve conosco nas oitivas realizadas pela CPI, no caso de Ponte Nova e no caso de Rio Piracicaba, que tem prestado devida atenção aos trabalhos desta CPI. Parabéns ao trabalho que tem sido desenvolvido por V.Exa.

A CPI recebe os documentos que vão ser integrados e juntados a todos os documentos e depoimentos prestados aqui nesse dia à Comissão.

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Fernando Campelo, que vai falar pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. *(Pausa.)*

Se o Dr. Fernando pudesse prestar algumas informações até da quantidade de defensores públicos que há no Estado... Para nós, seria muito importante saber quantos atuam em cada processo.

O SR. FERNANDO CAMPELO MARTELLETO - Saúdo o Exmo. Sr. Neucimar Fraga, Digníssimo Deputado Federal e Presidente desta egrégia Comissão Parlamentar de Inquérito e demais membros desta Mesa em nome da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

É com grata satisfação que compareço a esta audiência pública para prestar alguns esclarecimentos e trazer dados de bastante significação para o desenvolvimento desses trabalhos, que certamente produzirão resultados profícuos em prol da própria sociedade brasileira, em especial a população carente do nosso País.

Acredito que o motivo da minha indicação para representar o Exmo. Defensor Público Geral, Dr. Leopoldo Portela Júnior, deva-se à minha experiência profissional neste segmento do direito à execução penal, tendo em vista que, por 2 anos e meio, fui Defensor Público e Coordenador da Defensoria Pública na Comarca de Ribeirão das Neves, onde tive a oportunidade de conviver diuturnamente com a situação carcerária nos presídios daquele complexo penitenciário, bem como da própria cadeia pública, que hoje se encontra desativada em razão de uma rebelião ocorrida no mês de fevereiro, no ano de 2007, quando estive à frente das negociações com aqueles encarcerados. A Defensoria Pública de Minas Gerais, hoje, tem nos seus efetivos um quadro de 591 defensores públicos alocados em 133 comarcas, sendo que o Estado de Minas Gerais, hoje, conta com 297 comarcas. Ou seja, a



Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, hoje, não ocupa nem a metade dos postos nas comarcas do Estado de Minas Gerais. Significa dizer que menos da metade das comarcas de Minas Gerais, hoje, não oferece assistência judiciária gratuita à população carente, que, para os parâmetros da Defensoria Pública, hoje absorve mais de 80% da nossa população, tendo em vista os índices de desenvolvimento humano e de carência, ou hipossuficiência econômica, que são os nossos balizadores objetivos para a atuação. Essa condição de deficiência, de precariedade no cumprimento dessa missão constitucional, que foi assegurada à nossa instituição, prevista no art. 134 da Constituição Federal, é uma situação bastante preocupante e penosa. Por quê? Porque a Defensoria Pública carece, hoje, não só na nossa Unidade Federal, o Estado de Minas Gerais, como em todo o Brasil, de um modo geral, de acordo com o segundo diagnóstico das Defensorias Públicas, que foi apresentado em maio do ano passado, de estrutura física para atuação junto aos foros; carece de material humano, consistente em maior número de defensores públicos para atuação e atendimento à população carente; carece de instrumentação legal e jurídica na sua atuação, seja na forma de atuação autônoma, quanto à realização de concursos públicos, quanto à nomeação de defensores públicos, quanto à organização das atividades meio — hoje, legalmente, a Defensoria ainda não dispõe dessa autonomia para encaminhamento de projetos de lei ao Executivo —; carece dessa autonomia no plano da remuneração. Hoje, os defensores públicos gerais não têm a iniciativa de lei para encaminhar ao Legislativo propostas de melhoria na remuneração, que é um dado importantíssimo para a fixação do defensor público na carreira. O defensor público, muitas vezes, se sente desestimulado, ele se sente mesmo o primo pobre da família jurídica, sendo que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Campelo, qual o salário de um Defensor Público no Estado de Minas Gerais?

O SR. FERNANDO CAMPELO MARTELLETO - Sr. Presidente, hoje, nós temos aqui, de acordo com a Lei nº 17.162, que foi aprovada por esta Casa, o quadro de remuneração dos defensores. O Defensor Público substituto, quando ingressa na carreira da Defensoria Pública, recebe um subsídio no valor de 6 mil, 580 reais, podendo chegar ao limite máximo, no topo da carreira como defensor de classe especial, no valor de 10 mil, 2 reais e 30 centavos. Subsídio este que não



comporta nenhum adicional extra. Não temos nenhuma outra forma de gratificação, ajuda de custo para moradia, para transporte ou qualquer outro valor agregado. Considerados os descontos legais cabíveis, torna-se bastante sacrificada e penosa a condição do Defensor Público para o exercício de sua profissão, especialmente quando é designado para Comarcas do interior, em que deve arcar com o custeio de moradia, de compra de livros e material didático, para se manter atualizado no seu trabalho. É uma situação bastante difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só mais uma pergunta, aproveitando a oportunidade, porque, talvez, não vamos ter outra oportunidade. Esse salário está sendo pago desde quando?

O SR. FERNANDO CAMPELO MARTELLETO - A lei foi aprovada em setembro deste ano ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De 2007.

O SR. FERNANDO CAMPELO MARTELLETO - De 2007. E as diferenças, então, entre o que era remuneração antiga e a remuneração atual ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto era a antiga?

O SR. FERNANDO CAMPELO MARTELLETO - A antiga, no início da carreira, era o valor bruto de 4 mil reais. Essas diferenças só começaram a ser pagas em janeiro de 2008. Então, até dezembro de 2007, a remuneração inicial do Defensor Público era de 4 mil reais. E não é nenhum segredo aqui dizer, Sr. Presidente, que, com os descontos legais cabíveis, o Defensor Público, em início de carreira, recebia o valor líquido de 2 mil e 993 reais, o que é, *data venia*, bastante sacrificado para permanência na carreira. Hoje, consideramos isso como um ponto fundamental que precisa ser corrigido por meio da legislação federal, dando autonomia à instituição e à iniciativa de lei. Outros aspectos de natureza importante que devem ser colocados perante esta egrégia Comissão são as questões das salvaguardas para atuação do Defensor Público, em que o foro, por prerrogativa de função, não é um privilégio, mas uma necessidade para que o Defensor Público atue de forma independente perante as demais autoridades no trato das questões de natureza penal. A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Sr. Presidente, reconhece que muito se fez pela instituição, especialmente no atual Governo, mas muito está por se fazer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu não sei se eu estava em outra atividade quando o senhor expôs, mas o número de Defensores no Estado, hoje são quantos?

O SR. FERNANDO CAMPELO MARTELLETO - Atualmente, na carreira, nós somos 591 Defensores Públicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esse número é suficiente para atender à demanda do Estado?

O SR. FERNANDO CAMPELO MARTELLETO - Não. Esse número é extremamente deficitário, 591 Defensores Públicos

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Precisaria de quanto?

O SR. FERNANDO CAMPELO MARTELLETO - De acordo com a lei que foi aprovada em 2007, reorganizando a carreira de Defensoria Pública no Estado, o número de cargos de Defensor Público, que era de 918 cargos, passou para 1.200 cargos. Temos um dado adicional a essa questão, que é o seguinte: de acordo com decisão recente do Supremo Tribunal Federal, que considerou inconstitucional a permanência na carreira do chamado quadro suplementar, em que havia 125 Defensores Públicos por transposição, alocados na Defensoria Pública, esses valorosos colegas, até o dia 28 de abril do ano corrente, desvincular-se-ão da carreira de Defensor Público. Ou seja, teremos, então, a perda de 125 Defensores Públicos, dentro desse quadro de 591, hoje presente. Então, nós temos hoje uma deficiência de mais 600 cargos a serem preenchidos. Tenho notícia de que já foi aprovado mais um concurso para preenchimento de vagas na Defensoria. Mas o quadro atual é extremamente desarrazoado e aquém da demanda social, que compete à Defensoria Pública, como instituição constitucional na defesa do carente, atuar. Então, Sr. Presidente, apenas para concluir, mais uma vez, lembramos que reconhecemos os esforços que têm sido realizados para melhoria da instituição e do atendimento à população carcerária. Reconhecemos o empenho do Poder Legislativo do Estado, reconhecemos o empenho do Poder Legislativo Federal e estamos ansiosos para que, principalmente as mudanças do plano federal, possam vir para efetivar a atuação dessa instituição, que tem essa missão tão importante no resultado maior da questão carcerária do sistema prisional. Com essas considerações, agradeço a oportunidade e me coloco à disposição, sendo que



passaremos a V.Exa. também os documentos que nos foram requeridos durante o acompanhamento desses trabalhos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Comissão, então, recebe os documentos entregues pelo representante da Defensoria Pública e determina à Secretaria da Comissão que possa anexar esses documentos a todos os depoimentos e, também, outros documentos entregues também a esta Comissão.

Vamos passar a palavra à Dra. Maria de Lourdes Oliveira, representante da Pastoral Carcerária.

A SRA. MARIA DE LOURDES OLIVEIRA - Bom dia a todos. Eu gostaria de saudar o Sr. Presidente, saudar todos os que compõem a Mesa e toda a sociedade civil que hoje está aqui junto, buscando uma possível solução para o nosso sistema prisional. Eu trouxe alguns dados, enquanto Pastoral Carcerária. O nosso trabalho de Pastoral Carcerária é no controle social externo. Eu gostaria muito, Sr. Presidente, de realmente chegar aos estabelecimentos e ver aquelas fotos que nos foram apresentadas, porque, realmente, não condiz com a realidade. Eu gostaria também de que fossem passadas para nós as fotos internas, que apresentam a realidade interna. Eu trouxe um breve relatório da realidade que a Pastoral Carcerária percebe dentro de cada estabelecimento prisional visitado. A igreja realiza esse trabalho de controle social externo com uma missão profética de anunciar o Evangelho. Em alguns estabelecimentos prisionais, é impossível realizar-se missão profética, devido à situação degradante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria contar com o silêncio, porque a palavra está com a Maria de Lourdes.

A SRA. MARIA DE LOURDES OLIVEIRA - Os grandes desafios enfrentados pela Pastoral Carcerária dentro dos presídios, pelos presos, pelo que percebemos nos presos que estão ali, têm a ver com a grande ociosidade. Não há trabalhos, não há ocupação de tempo daqueles que estão ali. E nós sabemos que "*mente vazia é oficina do diabo*". Nós sabemos que temos que ter ocupação do nosso tempo. Nós temos que ter objetivo na nossa vida. Outra coisa também percebida pela Pastoral são os maus tratos, constantemente. Avançamos na tortura física, mas, também, com a modernidade, modernizamos também a tortura. Hoje, a tortura é psicológica.



Deparamos com muitos presos que são torturados psicologicamente por muitos agentes penitenciários, que não têm nenhuma condição psicológica de lidar com o sistema prisional. Deparamos também eles estarem descrentes com as autoridades. Eles estão descrentes, estão sem perspectiva de vida. Outra realidade percebida pela Pastoral Carcerária é quanto aos seus familiares. Sabemos nós que, para recuperação do indivíduo, é preciso que a família também seja bem tratada. E hoje nós deparamos, para a visita das famílias, as famílias terem de dormir na fila em locais sem condições algumas, sem sequer um sanitário para ser usado durante a noite, em que as famílias têm de trocar de roupa aos fazer as suas necessidades no mato. Estamos vivenciando isso no dia-a-dia. Outra questão da família é a revista vexatória. Nós pedimos essa intervenção, porque nós sabemos que existem equipamentos que podem fazer uma revista que não seja tão degradante como está acontecendo com as famílias, com todos os que têm que adentrar no estabelecimento. Pela parte da Pastoral Carcerária, uma grande dificuldade enfrentada por nós, dentro dos estabelecimentos, é que nós não temos acesso a todos os lugares. Então, o nosso controle social externo é partido ao meio. Entramos no estabelecimento, só vamos onde o Diretor permite. E, se ele está com alguém torturado em algum local, nós não temos acesso a esse local. É outra realidade muito dura para nós, porque nós fazemos essa visita, mas não temos acesso a todos os locais. Então, acaba que nós não fazemos controle social eficaz. Do jurídico, deparamos com a realidade drástica. A assistência jurídica é muito precária nos estabelecimentos prisionais. Há vários presos com os seus benefícios paralisados. Por exemplo, quero citar o Fórum de Neves. Estamos com estabelecimentos de Neves “balançando”, porque o número de processo acumulado lá no Fórum de Neves é muito grande. Então, peço também à Comissão e a todos que estão aqui presentes essa intervenção. Por parte da saúde, como foi tratado na foto, não é a realidade percebida pela Pastoral Carcerária, dentro dos estabelecimentos prisionais. A assistência-saúde é precária. Existem presos, infelizmente, doentes, sem assistência médica. Sabemos, sim, que nossa sociedade tem toda a nossa dificuldade, mas nós sabemos que é dever do Estado também acolher e prestar assistência-saúde regular a esses presos. Há presos também com doenças contagiosas que muitas vezes têm de ficar junto com os outros, o que



propaga doença. Também pedimos que seja criada uma unidade específica próxima a alguns hospitais, capaz de dar assistência a esses presos que têm essas doenças, que têm o vírus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma pergunta e só aproveitar para intervenção: a Pastoral Carcerária tem o percentual de presos que estão contaminados com vírus no estabelecimento prisional do Estado de Minas Gerais? Tem esses dados?

A SRA. MARIA DE LOURDES OLIVEIRA - Infelizmente, esse dado específico não temos, porque, devido a essa falta de acesso a todos os estabelecimentos, muitas vezes nós nos deparamos com a família que nos vem falar. Mas não temos acesso a esse preso que está doente. Muitas vezes, está numa ala de castigo ou muitas vezes está numa ala reservada, à qual a Pastoral, muitas vezes, não tem acesso. Portanto, número exato nós não temos. Estrutura do estabelecimento. A Pastoral Carcerária também tem presenciado que alguns estabelecimentos não têm condição nenhuma de abrigar aqueles presos ali. Mesmo que a Direção queira fazer um bom trabalho, é impossível fazer. Em outros estabelecimentos, nós nos deparamos com os pátios descobertos. As visitas têm de pagar ... Eles têm de ficar com os seus entes queridos dentro da prisão, debaixo de chuva, ou suspender as visitas, o que causa, por parte dos familiares, uma grande revolta — e com toda a razão, porque a família não pode ser penalizada por uma falta de estrutura no estabelecimento. Outra dificuldade que também a Pastoral percebe na realidade prisional é justamente essa questão da visita. Não há padronização das visitas. Não há padronização do que se pode entrar. Hoje, pode-se entrar com essa roupa, com esse chinelo; amanhã, realmente amanhã, a agente ou o agente olha para aquela visita e diz: *“Essa, hoje, não entra”*. Então, nós também pedimos essa padronização, o que pode e o que não pode entrar, para que a família também cumpra o seu dever, mas que ela também seja respeitada. Outra dificuldade também que nós temos, muito grande, é do egresso. Sabemos nós que todo indivíduo, quando ele comete um delito, é julgado, condenado e paga a sua pena. Mas ele paga a pena à Justiça, mas muitas vezes a sociedade, não. A pena com a sociedade continua. E todo aquele que sai muitas vezes não passou por um processo de ressocialização mesmo, dentro das prisões. Infelizmente, as prisões



hoje não têm essas condições, não estão dando essa estrutura e capacidade de ressocializar o preso. Esse indivíduo sai, a sociedade também não o acolhe, faz com que ele, muitas vezes, seja forçado a cometer outro delito e a retornar à prisão. Então, o que a Pastoral Carcerária também coloca, Sr. Presidente... foi anunciada a construção de mais presídios. Por que não mais construir mais APACs? Porque sabemos que o modelo APAC recupera o indivíduo. E sabemos que, no modelo prisional comum, não se recupera nenhum indivíduo. Por que não construirmos, também, a APAC feminina, que não temos aqui em Belo Horizonte. Nós sabemos que o grande carceramento de mulheres é muito grande. Então, também fica aí o pedido da pastoral carcerária: uma APAC feminina para a grande BH.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Inclusive, eu quero aproveitar essa oportunidade para dizer que ontem nós estivemos na APAC de Nova Lima, e os dirigentes e o Juiz local têm um projeto para a construção de um APAC feminina, que precisa do apoio do Estado. Então, eles têm o projeto, têm o terreno e precisam de um suporte financeiro para a construção. Nós apoiamos essa iniciativa e fazemos aqui a reivindicação, em nome da APAC de Nova Lima, para as autoridades mineiras, aproveitando essa oportunidade concedida aqui pela representante da Pastoral Carcerária.

A SRA. MARIA DE LURDES OLIVEIRA - Para fechar minha fala, eu gostaria também de falar de um relatório da 2ª DP de Contagem, onde estivemos na última sexta-feira. Em todos estabelecimentos prisionais temos toda dificuldade, mas alguns são mais emergentes. É preciso, com urgência, a intervenção da 2ª DP de Contagem. Não há condição de nenhum ser humano viver naquele local. Na última visita que nós tivemos lá, dia 15/2, a Pastoral Carcerária percebeu que no estabelecimento passaram algumas mãos de tinta. Não sei se é por que, sabendo que a CPI ia visitá-los. A grande dificuldade nossa é a maquiagem. Nós temos que parar de maquiar, nós temos que parar de realmente tampar algumas rachaduras que acontecem. Nós temos que mudar a nossa estrutura, porque tampamos uma rachadura num canto, mas ela aparece em outro. E até quando nós vamos ficar aí, sim, realmente tampando rachadura da nossa estrutura prisional? Na última sexta-feira, quando nós tivemos lá, a situação ainda era caótica: 119 presos em 3 celas minúsculas. Também se verificaram pessoas doentes, com feridas. A situação lá é



degradante. Infelizmente, eles ainda estão revezando para sentar — não é para dormir, é para sentar. Eles revezam: a metade fica em pé, e a outra metade senta. E reveza entre horários. Então, como é que nós vamos recuperar aquele indivíduo nessa situação? Então, a Pastoral Carcerária quer colocar aqui a toda sociedade que o problema da situação carcerária é de todos nós. Que estamos recebendo toda conseqüência daquelas pessoas que estão entrando e saindo ainda pior, pela falta de estrutura. Queremos cobrar também das autoridades competentes que ela possa, sim, exercer autoridade necessária, mas que ela possa também dar condições e estrutura para cada indivíduo recuperar e ter condições de se reinserir na sociedade. Então, a Pastoral Carcerária agradece, mais uma vez, a oportunidade de falar e dizer: é preciso que nós mudemos o modo de pensar. É preciso dar oportunidade para essas pessoas, é preciso dar possibilidade aos estabelecimentos prisionais de realmente ressocializar esses presos que estão lá. E nós, muitas vezes, deparamo-nos com toda situação caótica e ficamos, muitas vezes, impossibilitados de fazer alguma coisa. A respeito da maquiagem, é preciso realmente tirarmos a maquiagem dos nossos rostos. Vamos de cara limpa enfrentar todas as dificuldades. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Passo a palavra ao Relator da CPI, Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu vou fazer algumas perguntas bem objetivas.

Sra. Maria de Lurdes, se a senhora puder retornar, porque, suavizando... logo após esta Mesa, nós vamos fazer interrogatório das autoridades e pessoas convocadas sobre o caso de Rio Piracicaba. Já vi ali os parentes do Sr. Rodrigo, já vi o Capitão Eleutério.

Portanto, nós pedimos desculpa por ainda não ter iniciado, mas avisando que vai ter logo em seguida.

E também, Sr. Presidente, quero registrar que, tão logo eu chegue na Câmara Federal, na segunda-feira, vou registrar a deselegância do Poder Legislativo de Minas Gerais com a Câmara Federal. Nós não estamos aqui em nome próprio; estamos em nome de um Poder que é a Câmara Federal. Estamos numa missão importante, e consideramos uma falta de consideração com o Congresso Nacional a



atitude do Poder Legislativo estadual de não apenas permitir que a gente realize o nosso trabalho de uma forma mais ampla, mas de não permitir que o público de Minas Gerais possa acompanhar esta sessão. Imagine V.Exa., Deputado Paulo, se o Deputado Arlindo Chinaglia resolvesse cancelar a transmissão pela *TV Câmara* por uma solenidade qualquer que ele considerasse que aquilo desagradava a ele ou ao Partido dele etc. Portanto, eu quero fazer registro, estou fazendo este registro. Não queremos politizar a questão de Minas. Nunca usei a tribuna da Câmara Federal para fazer qualquer referência a autoridade, responsabilizar este ou aquele, porque não é o nosso papel. O nosso papel é apurar e, ao final, fazer um juízo. Portanto, quero fazer este registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Silveira) - Sr. Relator, eu acabei de receber a informação por parte do Presidente desta Casa que a *TV Assembléia* colocará no ar a transmissão desta audiência. Assim, já está deslocando para cá os equipamentos necessários a tal transmissão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Muito obrigado. Eu só queria...

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Sr. Relator... Pela ordem, Sr. Relator.

Eu queria, aqui, em nome do Legislativo Federal de Minas Gerais, não justificar, porque não é o caso, mas dizer a V.Exa. que as providências para a transmissão por parte da *TV Assembléia* estão sendo tomadas por esta Casa. E creio que falo em nome de todos no sentido de que o Legislativo estadual estará tendo, esteve ontem e está tendo, agora de manhã, toda a consideração com esta CPI. E não se trata aqui de fazer uma defesa dos mineiros, mas de fazer justiça e compreender as dificuldades de modificação de grade decorrentes até mesmo da nossa chegada aqui em caráter não muito programado com a antecedência devida, como deveria mesmo ser, porque, afinal de contas, a CPI tem um poder de fiscalização, e tem que vir de pronto, e não pode preparar muitos procedimentos de chegada, como V.Exa. inclusive defende — e nós aqui adotamos também o seu ponto de vista —, de fazer as checagens sem maior preparação. Então, em face disso, eu penso que, pondero a V.Exa. que nós devemos talvez compreender o que se passou e estarmos certos de que a *TV Assembléia* está tomando todas as providências para fazer a transmissão desta reunião.



Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado.

Sr. Presidente, eu queria fazer 3 perguntas à Sra. Maria de Lurdes.

Primeiro, se a senhora tem dados sobre a quantidade de mulheres no Estado de Minas Gerais que estão presas em mesmos estabelecimentos destinados a homens. Dois, queria saber se a senhora tem conhecimento, pela Pastoral Carcerária, da existência de menores, mulheres menores também recolhidas a estabelecimento, homens e... meninas e... meninas menores recolhidas a estabelecimento penal inadequado. Queria saber se a senhora tem conhecimento de menores ou não, mulheres, que engravidaram sob a custódia do Estado. Queria saber da senhora se a senhora tem conhecimento de abusos de agente do Estado em relação a mulheres que estão encarceradas. Queria saber da senhora se a senhora tem dados sobre a existência de HIV, mulheres e homens com HIV, com tuberculose, que tipo de doenças que existem nos estabelecimentos penais.

Seriam basicamente, Sr. Presidente, essas perguntas bem objetivas para a Relatoria.

A SRA. MARIA DE LURDES OLIVEIRA - A primeira coisa que eu gostaria de esclarecer, que a Pastoral Carcerária faz o controle social na Arquidiocese de Belo Horizonte. Então, em cada município há uma diocese que realmente responde pela Pastoral. Nos 28 municípios da grande Belo Horizonte, nós não temos o conhecimento de mulheres encarceradas junto com os homens. Porque aqui na grande região nós temos a penitenciária de mulheres. Esse dado não consta. Outra coisa também, a respeito de mulheres que ficaram grávidas por abusos de alguns agentes, nós não temos essa denúncia escrita. Por quê? Sabemos de alguns casos mas, porém, não tivemos condições de provar por falta da própria segurança, que o Estado muitas vezes não assegura quem vai delatar a situação. Muitas vezes nós deparamos com muitas denúncias, porém ficamos impossibilitados, porque a pessoa que sofreu a ação tem medo de falar; ela tem medo de falar porque sabe que vai ser retalhada, vai passar por torturas logo depois. Ah, outra coisa também: menores também presos não temos; nós temos os locais apropriados para os menores. Essa realidade nós não temos ela para relatar.



A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Só para completar. A Pastoral acompanhou essa última denúncia em relação a essa menina de 16 anos que engravidou dentro de presídio. Ficou 7 meses presa dentro de uma carceragem, na verdade, sendo que menor, e 7 meses lá aguardando uma decisão da Justiça. A Justiça não se posicionou, e com isso ela engravidou dentro da carceragem. A Pastoral acompanhou isso? Sabe informações mais precisas desse caso?

A SRA. MARIA DE LURDES OLIVEIRA - A Pastoral acompanhou como todos acompanharam: através das imprensas, dos jornais. Realmente, como pertence a outra diocese, a Pastoral só acompanha o desfecho do caso. Também traz para nós para que nós possamos ter mais percepções nos presídios de mulheres, nos dos homens mesmo, para fazer esse controle. Mas a Pastoral acompanhou realmente como todos o desenrolar mesmo dos processos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos passar a palavra neste momento — nós queremos agradecer à Maria de Lurdes; depois, se algum Deputado quiser fazer alguma pergunta, ela vai estar conosco aqui ainda — ao Presidente da Associação dos Agentes Penitenciários... Sindicato ou Associação?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Minas Gerais, Sr. Leonardo.

Como já dissemos anteriormente, nós estamos dando espaço para que todas as instituições que trabalham no sistema penitenciário possam ter o seu espaço para fazer um relatório ou fazer denúncias ou fazer reivindicações.

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Bom-dia a todos. Queria agradecer a oportunidade que esta CPI está dando à representação dos agentes penitenciários de Minas Gerais, com o nosso Deputado Neucimar Fraga, que é o Presidente, e as demais autoridades presentes aqui.

Eu queria começar com uma breve apresentação. O meu nome é Leonardo Aganette Pessoa. Sou o atual Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Minas Gerais. Ingressei no serviço público através de concurso público no ano de 1994, e até hoje estou exercendo as minhas atividades, das quais não me afastei por nenhum momento, mesmo estando na presidência do Sindicato.



Me identifiquei com várias falas dos presentes, de V.Exa., Presidente, do representante dos defensores públicos, da própria Pastoral Carcerária, onde a indignação deles também é presente na nossa realidade, muito presente na nossa realidade. Nós temos que reconhecer que o sistema penitenciário mineiro teve um avanço no ano de 2003, mas esse avanço parou no ano de 2006. Quer dizer, ele não teve continuidade na mesma proporção.

Hoje, quando a senhora, representando aqui a Pastoral Carcerária, diz que as visitas expõem, a revista íntima as visitas, os presos expõem as visitas ao ridículo, às vezes de maneira abusiva... Eu queria só dizer um adendo em relação a isso, porque, da mesma forma que é degradante para o visitante ser passado por uma revista dessa, também é muito difícil para um agente penitenciário, masculino ou feminino, num momento, numa revista, ter que fazer esse tipo de revista pela falta de equipamentos, até mesmo porque muitas vezes faltam equipamentos básicos como uma luva, uma máscara. Às vezes uma luva descartável é usada para revistar mais de uma visita pela falta do equipamento. Então a gente sabe que é degradante também para o profissional que exerce essa atividade. A gente sabe que, infelizmente, existem tentativas de entrada de drogas, de armas, de celulares nas penitenciárias através de orifícios do corpo humano. Então, infelizmente é uma revista que tem de ser dada por nós não termos no nosso Estado um sistema de Raio X ou outros similares.

Bom, existe hoje também no Estado uma grande confusão, às vezes até de membros da CPI ou até mesmo de autoridades do próprio Estado, quando se fala a respeito do sistema penitenciário. Porque o sistema penitenciário mineiro é dividido em 2 partes: uma parte que é da Polícia Civil e uma parte que é do sistema penitenciário. A gente sabe, pela falta de material humano e outras várias falhas diversas, a gente sabe da deficiência da Polícia Civil nesse âmbito. E a gente sabe — é a posição do Sindicato — que realmente a Polícia Civil, não é dever dela, não é a função da Polícia Civil, da polícia judiciária, fazer a guarda de presos. Então é uma reivindicação antiga do Sindicato que essa guarda dos presos passe pela gente. Porém a gente briga para que seja feita essa passagem de forma responsável, de maneira responsável. Não basta apenas entregar as chaves das carceragens da Polícia Civil para o sistema penitenciário, porque isso vai causar, vai perpetuar o



problema e apenas vai transferir o problema das mãos da Polícia Civil para o sistema penitenciário. Quando a representante aqui da Pastoral Carcerária diz que os agentes são despreparados, eu concordo com ela, sim. Por quê? Eu sou agente penitenciário efetivo concursado há 13 anos. Eu passei por vários treinamentos. Mas a gente sabe que hoje, no Estado de Minas Gerais, são 8 mil agentes penitenciários — que nem deveriam ter esse nome, porque, de acordo com a Constituição, para ingressar na carreira de agente penitenciário, só mediante aprovação em concurso público. Mas infelizmente, no nosso Estado, nós temos essa aberração que é o chamado contrato administrativo, que deveria ser de 6 meses, mas nós temos pessoas com 15 anos de contrato administrativo no Estado. Mas, enfim, hoje essas pessoas ingressam no Estado através, a maioria das vezes, por indicações políticas, como o Sr. Deputado havia falado, o Sr. Presidente, que às vezes os Estados não querem a presença de um presídio no seu espaço, no seu território. Isso acontece nos municípios também de Minas Gerais quando se fala que vai inaugurar um presídio ou uma cadeia pública naquela região. Porém, quando se fala assim: *“não, os empregos ali, os contratos ali, 200, 300 agentes que serão contratados vão ser indicados pelo prefeito, pelos ilustres vereadores”*, então a conversa muda. Mas, enfim, essas pessoas são contratadas aleatoriamente, sem a devida investigação social, e recebem um treinamento de uma semana. E, contrariando várias leis, inclusive o nosso Estatuto do Desarmamento, a Lei nº 10.826, do ano de 2003, é confiada a essas pessoas a guarda de armamento do Estado, sem o devido treinamento, contrariando a lei federal. Porque ela diz que, para fazer uso de armas, quem tem direito ao porte de armas são os agentes penitenciários concursados, desde que estabelecidos também os critérios, de acordo com as portarias existentes dos órgãos reguladores, no caso a Polícia Federal. Então, assim, essas são umas das várias aberrações que acontecem no Estado de Minas Gerais.

Então, o Governo fala que tem investido muito no sistema penitenciário mineiro. Realmente ele tem construído muitos presídios, muitas penitenciárias, mas não tem investido no principal, que é o material humano. Porque eu acho que as paredes, as grades das celas não vão reintegrar ninguém à sociedade, e muito menos com profissionais lá dentro lidando diretamente com os presos, despreparados, desqualificados e sem o devido treinamento. Para começar, até



mesmo sem a certeza da idoneidade moral da pessoa que está trabalhando lá dentro por não haver uma investigação social, um critério mais rigoroso para a admissão dessas pessoas.

Nós tivemos um avanço, como eu disse, de 2003 a 2006. No início do Governo Aécio Neves realmente foram investidos... Houve concurso público... O primeiro e único concurso público no Estado de Minas Gerais foi no ano de 1994, pelo qual eu me ingressei no serviço público. O outro, o segundo concurso público do Estado foi no ano de 2004. Porém os agentes desse concurso só tomaram posse, só ingressaram no serviço público em abril de 2006, e também não tiveram um treinamento adequado à função, o que o Sindicato briga, o que a gente quer, o que é essencial para a categoria, para a sociedade e para o preso.

No Governo anterior, numa época anterior ao Governo Aécio Neves, nós tivemos 60 rebeliões — no período de 99 a 2002 — do qual eu também fui vítima, fui refém de uma dessas rebeliões. O Estado reconheceu, na época, comandos de organização dos presos oficializando isso, participação de diretores em quadrilhas, que gerou até a morte de um agente penitenciário em Divinópolis, com várias saídas de detentos — inclusive a gente viu isso em Uberaba recentemente. Nós começamos a retomar o controle das penitenciárias mineiras, com muita dificuldade, com muito esforço dos atuais agentes penitenciários, no ano de 2003. Tivemos alguns avanços, sim: a criação do Regimento Disciplinar Interno; o POP, que é o chamado Procedimento Operacional Padrão, também teve um avanço; uma padronização nesse sistema — muito embora, como o Sr. Presidente da Comissão também falou, nós esperamos que o Congresso nos favoreça com a aprovação da PEC nº 308, que é da Polícia Penal, que realmente eu acho que seria uma solução para padronizar tudo isso no Estado de Minas.

Falamos hoje também dessa questão do contrato, não ofendendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Desculpe, só para tirar uma dúvida. Você falou do número de rebeliões que aconteceram de 99...

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - ...a 2002.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E, de 2002 para cá, quantas foram?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Sessenta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De 2002 para cá, de 2003 para cá?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Não houve rebeliões de proporção. Teve motins mas não chegou a rebeliões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então até 2002 aconteceram 69...

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Sessenta rebeliões de 99 a 2002.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De 2003 para cá não foi registrado nenhuma assim de...

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Não...,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - ...pelo menos no sistema penitenciário administrado pela nossa subsecretaria.

Falando hoje também dessa questão da contratação, não acusando a pessoa, a figura da pessoa contratada, porque Minas Gerais não é diferente dos demais entes federados na questão do desemprego. E é óbvio que, principalmente no interior, ou na Capital, a pessoa é proposta a um emprego, através de contrato, diante do desemprego, ele vai, sim, com certeza, ingressar no serviço penitenciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tem 2 minutos para concluir.

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - O.k. Porém existe uma grande desproporção. Por quê? O agente penitenciário concursado tem uma tríplice responsabilidade: ele é responsabilizado pelos seus atos civilmente, criminalmente e administrativamente. O que não ocorre, na maioria das vezes, com as pessoas contratadas. Por quê? Às vezes, como elas são suspeitas de algum envolvimento, elas simplesmente são demitidas, podendo retornar, posteriormente, através de um concurso público.

Felizmente... Eu teria muitas outras coisas para falar — o tempo é muito curto. Gostaria, posteriormente, numa oportunidade, de estar sentando numa outra oportunidade com o pessoal da CPI, com os Srs. Deputados, a oportunidade de estarmos falando mais dos problemas que ocorrem no Estado. A Secretaria de Defesa Social, por exemplo, há um ano o Sindicato tenta uma reunião com o atual



Secretário de Defesa Social, e até então a gente não conseguiu nenhuma audiência pública com o chefe da Pasta. Então, a gente gostaria de estar expondo alguns problemas pro nosso secretário, mas infelizmente até hoje não foi possível. Nós estamos aguardando uma brecha na agenda do Sr. Secretário. Reiterando aqui, eu gostaria de, se possível, estar repassando alguns dados ao pessoal da CPI, aos Srs. Deputados, a V.Exa., a fim de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu queria objetivamente ir para o depoente. O senhor informou que os presos aqui em Minas Gerais estão divididos em 2 partes: uma parte está no sistema que deveria estar, e uma outra parte ainda está sob a guarda da Polícia Civil. Quantos presos estão em cada área dessas?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Segundo os dados, 24 mil com o sistema penitenciário e ainda em torno de 15 mil com a Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor também falou — e nós constatamos — que a maioria dos agentes penitenciários são contratados. Eu encontrei uma senhora que está com 12 anos, renovando o contrato de 6 em 6 meses. Quantos tem concursados hoje aqui no sistema?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Nós éramos, antes do atual Governo, 700. Houve um primeiro concurso de 550 vagas e um terceiro concurso de 750. Estamos em andamento hoje com um concurso de 1.250 vagas que ainda está em andamento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o salário do concursado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só para ficar claro, até 2002 tinha 750 concursados?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De 2003 para cá já foram feitos concursos para mais 1.200 vagas, é isso?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mil e duzentas?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - É. E tem um aberto, em andamento, para 1.250.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E antes tinham quantos contratados, até 2002?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Eu não tenho esses dados aqui agora, mas havia... Porque foram demitidos à época...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos foram contratados de 2003 para cá?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - De 2003 para cá, em torno de 5 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O salário do concursado é o mesmo do contratado?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - É o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria perguntar pro senhor quantos agente penitenciários foram punidos nos últimos 2 anos, respondem processo ou foram punidos.

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Nós não temos acesso a todos esses dados, essas informações. Mas, a estimativa... É porque... É complicado dizer isso, Excelência, porque, como eu disse, a questão da maioria das penitenciárias e presídios são prestadores de serviço. Então, não existe uma estatística. Por quê? Eles simplesmente são demitidos ou não são renovados os seus contratos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E os efetivos?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Os efetivos, nós não temos acesso a todas as informações através da nossa Corregedoria. Mas a gente sabe que o número proporcional é muito pequeno.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pelo que o senhor informou, tem aproximadamente 1.700 concursados, 8 mil contratados.

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é o número ideal de agentes penitenciário para dar conta da população carcerária?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - O ideal, levando-se em consideração que existem hoje 8 mil já em regime de contrato, quer dizer, nós teríamos que ter 8 mil para substituir esses contratos... O Governo do Estado, após



a situação de Ponte Nova e essa recente tragédia também, autorizou a contratação de mais mil. Então, quer dizer, vai passar para 9 mil agentes penitenciários contratados no nosso Estado. E nós sabemos que ainda existem em torno de 256 unidades da Polícia Civil em todo o Estado que serão passadas para a nossa Secretaria. Então, quer dizer, nós deveríamos ter em torno de mais 12 mil agentes penitenciários no Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem havido mortes entre agentes no exercício da função?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Desculpe, não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mortes. Algum agente foi assassinado no exercício do trabalho?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Nós tivemos alguns casos, sim. Alguns casos ainda não foram apurados. E tivemos, em 2002, um caso de um agente penitenciário de Divinópolis, que foi apurado, que tinha, inclusive, participação da direção do presídio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E doenças que afetam os agentes em função do trabalho? Estresse, problema de alcoolismo, separação de família? Qual é a incidência desses fatos?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Nós também não temos dados, números em relação a esses dados, mas sabemos que existem, sim, problemas de alcoolismo, drogas, problemas psicológicos, psiquiátricos. Até mesmo, pela maioria das vezes, pela exceção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu queria pedir a colaboração dos presentes para que o nosso convidado possa fazer as suas explanações e as considerações finais.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ameaças aos agentes, tanto de dentro quanto de fora.

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Elas são corriqueiras. Às vezes temos até os nossos ônibus, que servem de transporte dos agentes penitenciários das unidades fora Belo Horizonte, sendo escoltados por agentes mesmo para dar um mínimo de segurança.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vocês têm algum pleito de condições de trabalho, de condições de salário?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Não. Infelizmente hoje, como eu disse, nós, apesar de pré-ingressarmos na carreira, termos os mesmos requisitos, são cobrados os mesmos requisitos para ingresso na carreira de um policial militar ou policial civil ou um bombeiro militar, o nosso salário é bem inferior ao deles. Havendo, como a fala de nosso defensor público, nós somos o primo pobre da segurança pública no Estado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Os concursados têm algum benefício que os contratados não possuem?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Bom, os mais antigos têm somente os quinquênios. Mas, pros atuais concursados não existem mais essas vantagens. Existe também a situação que no nosso salário hoje... Hoje nós ganhamos, entramos... Nós temos um plano de carreira, que foi uma carreira criada em 2003, que seria um diferencial. Porém — nós já estamos em 2008 — nenhum agente penitenciário foi posicionado nessa carreira até a data de hoje. Apesar de nós estarmos aptos à promoção desde 1º de janeiro de 2006. Porém a nossa Secretaria, o nosso Governo até hoje não nos posicionou. E uma outra situação diante da nossa carreira é que, normalmente, quando você é promovido de um nível a outro de carreira, você tem pelo menos 10% de diferença salarial. No nosso caso, seria de 2% de um nível da carreira para outro, e, mesmo assim, nós não somos promovidos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A alimentação dos agentes e servidores que trabalham com os presos é a mesma alimentação servida aos presos?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - É a mesma empresa que fornece a alimentação, é a mesma que fornece aos agentes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas a alimentação é diferente?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É igual?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - O cardápio é o mesmo.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual é a sua opinião sobre a alimentação servida?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - (*Risos.*) É bem precária.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nós encontramos nas nossas visitas locais onde os agentes não tinham também água para beber. Descreva um pouco as condições de trabalho dos agentes.

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - É como eu disse: a maioria dos setores de trabalho não tem condições. Desde um banheiro adequado para usar, para utilização... Local pra beber água a gente não tem. Como foi dito, que os presos recebem, às vezes, visita em local aberto, o agente também, ele é exposto às intempéries da natureza, da mesma forma. Falta de equipamentos adequados, equipamentos de segurança, falta de equipamento, como eu disse, luvas, às vezes, para dar uma revista no preso, nos objetos do preso. Chega um preso de delegacia com problemas de pele e vários outros problemas, e a gente não tem nem às vezes nem sequer luvas para fazer uma revista nesse preso para ele ingressar no sistema.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, última pergunta.

O senhor tem conhecimento se aqui em Minas atua, ou atuam, alguma organização criminosa tipo PCC, Comando Vermelho, Terceiro Comando, Amigo dos Amigos. Porque nós já temos depoimento na CPI de que o deslocamento de lideranças como o Marcola, o Fernandinho Beira-Mar, onde eles passaram eles construíram, deixaram lá um núcleo. Nós tivemos um depoimento recente da jornalista Fátima de Souza que ela relatou a existência de núcleo do PCC em vários lugares do Brasil. O senhor tem conhecimento se tem alguma organização que atua aqui, dentro ou fora dos presídios?

O SR. LEONARDO AGANETTE PESSOA - Atuante assim de maneira explícita, não. Mas nós sabemos que, como foi falado, pela grande malha viária do nosso Estado, nós sabemos que a maioria dos criminosos passam por Minas Gerais. Inclusive, nas cidades fronteiriças, como Uberaba, Uberlândia, Triângulo Mineiro, enfim, nós sabemos que a cada dia aumenta o número de pessoas presas pertencentes a essas facções. Agora, nós não sabemos informar o grau de organização que eles têm hoje nos presídios. Nós não temos acesso a todas essas informações.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos ao Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários pelas informações prestadas a esta Comissão.

Eu queria aproveitar a oportunidade e falar com o Desembargador Alexandre Carvalho, aproveitando a oportunidade da sua presença aqui conosco na Mesa.

Dr. Alexandre, V.Exa. poderia informar para a Comissão: atualmente quantos juizes de execuções penais atuam no Estado de Minas Gerais?

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Sr. Presidente, nós somos, no Estado de Minas Gerais, fora os 120 desembargadores, 884 juizes na ativa. Existem 297 comarcas, e existem 128 comarcas atualmente sem magistrados titulares; 128. Em 297, 128 sem magistrados titulares, mas com magistrados respondendo pela comarca. Significa dizer magistrados de comarcas próximas que respondem por aquelas comarcas.

Muito bem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Silêncio, por favor.

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Juizes de execução penal em todas as comarcas em que há execução penal, elas estão providas, em que há vara especializada. As grandes comarcas têm varas especializadas. Nas comarcas menores, os juizes criminais funcionam como juizes de execução penal. Essa competência é uma competência conjunta. Então, em todas as comarcas em que há execução penal os juizes existem, existem juizes e há o provimento. Nas comarcas em que não há execução porque não há especialização, os juizes criminais respondem. Nessas comarcas em que não existem magistrados titulares, existem magistrados respondendo por ambas as áreas, cível e criminal. E aí pode estar um primeiro problema, que a gente efetivamente considera como tal.

Eu quero, aproveitando a oportunidade da pergunta de V.Exa, se V.Exa. me permitir, fazer uma pequena explanação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Nós temos... O Poder Judiciário, como todos os demais Poderes, está limitado pela Lei de Responsabilidade Fiscal com gastos com pessoal, como todos os senhores sabem. Portanto, aqui no Estado de Minas, como em todos os outros Estados, e no Poder Judiciário Federal também, o



Judiciário está limitado a 6% do orçamento do Estado para gasto com pessoal. Nós estamos no limite prudencial, então nós podemos fazer concursos, e fazemos rotineiramente. Houve o último concurso em que foram aprovados em torno de 35 candidatos, e eles estão na Escola Judicial Edésio Fernandes para depois serem enviados para substituírem nas comarcas. Então, nós fazemos concurso, mas o nosso... o nosso... O valor que temos pra gasto com pessoal, a verba que temos pra gasto com pessoal, por causa do limite, nos deixa, no máximo, no máximo, no máximo, fazemos um concurso a cada um ano, um ano e meio, com 30 a 40 aprovações, que é o que já está programado no Poder Judiciário, nos próximos anos, em não tendo, evidentemente, aumento dessa verba. E, na realidade, essas comarcas em que não há magistrados, os magistrados lá não foram enviados, não porque o Judiciário não quis, simplesmente porque... Por exemplo, em Belo Horizonte, nós temos 139 magistrados, 139 juízes. Existe uma demanda imensa em áreas do juizado: juizado especial, juizado do consumidor, juizado do meio ambiente, juizado do patrimônio histórico etc., nas varas especializadas de Fazenda, nas varas cíveis de família. Então, nós temos uma situação comprimida, e comprimida em face, evidentemente, da verba de pessoal que nós temos para que nós possamos gastar.

Tivemos — e eu quero ser extremamente claro com V.Exas. — tivemos 2 eventos funestos, e esses eventos a gente, todos os senhores sabem: o evento de Ponte Nova e o evento de Rio Piracicaba. Em relação a Rio Piracicaba, Dr. Afrânio aqui está e vai responder à CPI e, eu tenho certeza, da melhor forma possível. Em relação a Ponte Nova, eu posso dizer a V.Exa. — sou Superintendente de Comunicação do Tribunal e acompanhei isso — que a Magistrada de Ponte Nova, responsável pela área de execuções penais, teve conhecimento do problema daquela cadeia pública e enviou o ofício ao Presidente do Tribunal. O Presidente do Tribunal repassou esse ofício à Secretaria de Defesa Social, que... O Secretário, Dr. Maurício de Oliveira, vai estar aí, vai explicar... A Secretaria sabia e evidentemente a Secretaria deve ter tomado as providências que considerou cabíveis e que pôde tomar até aquele momento anterior a este evento.

No que pertine à situação, por exemplo, de Pedra Azul, que a Deputada se manifestou aí, nós temos uma juíza, Dra. Arlete Aparecida da Silva, que está em



Pedra Azul desde o dia 12 de janeiro de 2007. Portanto, evidentemente... Parece que a moça ficou grávida tem 6 meses, né?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Quatro meses. Então, a juíza lá está. É uma juíza que está na comarca todos os dias, porque não é uma juíza titular mas é uma juíza substituta, mas que está alocada em Pedra Azul. Portanto, se houve negligência da juíza, a Corregedoria do Tribunal vai tomar as providências, porque o Tribunal tomou conhecimento disso pela imprensa também, agora, assim como todos os senhores e senhoras.

Temos uma situação que eu sei que será tocada aqui, de Ribeirão das Neves. Ribeirão das Neves é o complexo penitenciário, se eu não estou enganado, o maior complexo penitenciário daqui do nosso Estado. Nós temos, em Ribeirão das Neves, 4 varas criminais: são 3 criminais e 1 de execução penal. Na vara de execução penal a juíza é Dra. Simone, que estava de licença ontem, segundo me foi dito, inclusive, pelo Dr. Herbert Carneiro. Eu sou desembargador da área criminal, Sr. Presidente. Eu atuo... eu fui do Ministério Público durante 10 anos, estou há 9 anos no Judiciário — vim pelo quinto constitucional — e, durante esses 19 anos, há 14 anos eu milito, há 15 anos, exclusivamente na área criminal. Digo a V.Exa.: a situação de Ribeirão das Neves já está sendo objeto de providência interna do Tribunal de Justiça, seja no âmbito da Corregedoria, seja no âmbito da própria administração, para fins de alocar juízes para cooperarem com a Magistrada. Então, o Tribunal de Justiça tem conhecimento disso; o Tribunal de Justiça vai tomar providência. Esses juízes novos que entraram, alguns, naquilo que for possível, alguns irão para cooperarem em Ribeirão das Neves, porque a gente conhece a situação, eu, como desembargador criminal, conheço e sei que o que o defensor público disse aqui, o Dr. Fernando, é verdade — e parece que a moça da Comissão Pastoral: existem vários processos paralisados, com pedido de benefícios paralisados. O Tribunal de Justiça sabe disso, não vai fechar os olhos para essa questão, e entende que essa é uma questão... Primeiro: uma juíza só é pouco — nós temos que colocar cooperadores. Segundo: parece que a própria juíza não está se desincumbindo tanto dessa função. Sabemos disso, então não vamos esconder, não vamos fechar os olhos para isso, não vamos vendar essa questão. Estamos nos



comprometendo com a CPI que vamos tomar providências para resolver essa questão de Ribeirão das Neves.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor pode nos informar mais ou menos em que prazo essas soluções serão tomadas? A partir de quando nós teremos mais juízes lá ajudando nesse processo?

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Pois não. O curso a que esses juízes têm que se submeter, por lei, é um curso, se eu não estou enganado — o Dr. Herbert me ajude —, de 4 meses. Então, essas providências serão tomadas tão logo esse curso acabe, porque nós não temos outros magistrados para colocarmos na cooperação.

Vou dar um dado pro senhor para o senhor entender e todos os demais Deputados Federais, Estaduais e as altas autoridades aqui presentes entenderem: o Conselho Nacional de Justiça determinou ao Tribunal de Justiça, administrativamente, algo que nós entendemos que é absolutamente equivocado, mas determinou. Então, até nós discutirmos essa questão judicialmente, isso é muito complicado. O Conselho Nacional determinou ao Tribunal de Justiça que o Tribunal de Justiça envie juízes para algumas comarcas que estão sem juízes e algumas comarcas em que essa situação, por exemplo, de Ribeirão das Neves, não existe por enquanto. Portanto, são comarcas em que o juiz substituto poderia muito bem resolver a situação, como está resolvendo lá. Então, o Conselho determinou, por exemplo, que o Tribunal de Justiça enviasse um juiz para prestar jurisdição em Morada Nova de Minas. O Tribunal de Justiça cumpriu a decisão do Conselho, porque não quer descumprir, mas nós vamos discutir essa decisão judicialmente, evidentemente, porque isso está atuando na economia interna do Tribunal.

Portanto, o Tribunal não tem agora juízes, digamos juízes cooperadores, que possamos enviar para cooperar. Agora, o curso termina, começou agora em janeiro; temos fevereiro, março e abril. Então, essa situação... Certamente em maio teremos mais juízes cooperadores lá. Enquanto isso, o que eu falo pela administração, o que eu acho que a administração pode fazer, seria fazer uma portaria interna para cooperação interna entre eles lá, entre os magistrados. São 3 criminais e 1 de execução. Uma cooperação interna. Eu vou propor e acredito que o Presidente aceitará bem e acredito que a Corte aceitará bem, porque tudo depende também de



25 desembargadores da Corte superior. Nós vamos fazer essa proposição — os senhores podem ter a certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma última pergunta, antes de passar para a Deputada Maria do Carmo: diante dessa urgência da necessidade da região de Ribeirão das Neves, tendo em vista que a população carcerária da região é uma população carcerária...

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...muito grande, e diante da dificuldade da celeridade em relação aos novos juízes, o Tribunal não poderia pensar na possibilidade de fazer ali um mutirão pra poder apoiar, durante esse tempo... Porque nós sabemos que a situação ali hoje está crítica. Então, em nome da CPI, eu queria fazer uma sugestão ao Judiciário de Minas Gerais, que pudesse pensar nessa possibilidade, tendo em vista que a população carcerária é muito grande na região, e isso acaba trazendo transtorno para a população também em volta daquele complexo penitenciário. Então, fica, a título de sugestão da Comissão, quem sabe, a realização de um mutirão, ou, quem sabe, a transferência de alguns magistrados, talvez até do interior, de comarcas que tenham menos processos, para ali acompanhar e dar um apoio à juíza, que realmente tem uma missão muito grande. A cobrança é muito grande, e realmente nós sabemos que não tem condição de uma juíza só dar conta daquele recado ali. A título de sugestão, sem nenhuma interferência da CPI nos trabalhos do Judiciário, claro.

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Sr. Presidente, o Judiciário aceita de muito bom grado essa sugestão de V.Exa., e ela vai ao encontro exatamente daquilo que eu dizia: nós vamos tentar primeiro, talvez, que os 3 juízes criminais cooperem com a juíza de execução. Afinal de contas, são 4 varas criminais. E, se isso não for suficiente, Sr. Presidente, o senhor pode ter certeza, nós vamos propor um mutirão de juízes de comarcas próximas, ou mesmo de outros juízes de execução penal — o Dr. Herbert está aqui, a gente pode propor... Até porque o Dr. Herbert me dizia antes... Isso dependerá muito — eu dizia a ele — daquela questão de se estabelecer se Ribeirão das Neves pode ou não ser comarca de entrância especial. Essa é uma discussão que, no Judiciário, é muito forte, e aqui na própria Assembléia Legislativa — o Deputado João Leite sabe — é muito forte. Mas, se Ribeirão das Neves for



transformado em entrância especial, que é uma das possibilidades, nós podemos ter uma vara de execuções penais metropolitana. Isso talvez resolva bem essa questão, resolva bem, até porque Ribeirão das Neves — o Deputado João Leite me dizia aqui — tem outras questões ambientais, questões envolvendo área cível, urbana, etc. muito complicadas. Então, Ribeirão das Neves é uma situação muito particular no Estado de Minas Gerais, tanto para o Poder Público, Executivo e Legislativo, quando para o Poder Judiciário. Então nós estamos disposto a ajudar a CPI a encontrar uma situação satisfatória para o caso de Ribeirão das Neves.

Eu não quero me alongar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Eu gostaria tão-somente de finalizar, se não houver outra pergunta... Tem mais uma pergunta? Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Deputada Maria do Carmo... Eu queria aproveitar a oportunidade para registrar a chegada da Deputada Maria do Carmo, que é aqui do Estado de Minas Gerais. Ela vai estar fazendo uso da palavra, em seguida o Relator, e depois nós vamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO LEITE - Sr. Presidente... O senhor me concede a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim. Eu queria só dizer aqui qual vai ser o rito.

Depois da palavra do Relator, nós vamos encerrar esta parte da audiência pública e vamos iniciar a tomada de depoimentos sobre o caso de Rio Piracicaba e outros problemas relacionados ao Estado de Minas Gerais.

Queremos aqui agradecer ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e aos Deputados que, acatando a solicitação feita por esta Comissão, está transmitindo ao vivo os trabalhos desta Comissão aqui em audiência pública. Ficam aqui os nossos agradecimentos à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, ao Presidente e a todos os Parlamentares que estão acompanhando a CPI desde o dia de ontem.

Com a palavra a Deputado Maria do Carmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO LEITE - Só antes, Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ah, sim. Desculpe-me, Deputado João Leite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO LEITE - Eu queria, antes da Deputada... Era até para transmitir — eu já fiz isso ao Deputado Dutra... O Sr. Presidente da Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho, tinha o entendimento inicial de que esta seria oitiva secreta, sigilosa, da Comissão, e por isso não foi arrumada para a transmissão da *TV Assembléia*. Inclusive ele solicitou que perguntasse ao Relator e à V.Exa. também se a próxima parte, a oitiva de Rio Piracicaba, se seria também sigilosa. Diz o Relator que não. Então, o Presidente da Assembléia, acatando o requerimento feito pelo Relator e aprovado pela Comissão, ele atende e pede desculpas do entendimento da direção da Casa, que foi repassado a ele que seria uma reunião sigilosa da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos e queremos dizer que, se houver necessidade, em algum momento dos depoimentos, se houve necessidade de tomar depoimento de forma sigilosa ou reservada, nós assim o faremos e comunicaremos à Direção de Comunicação da Casa.

Com a palavra a Deputada Maria do Carmo.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO LARA - Bom-dia a todos os presentes. Quero cumprimentar aqui o Deputado Neucimar, Presidente desta audiência pública, e cumprimentar todos os Deputados, Deputadas, autoridades civis e militares, autoridades da Polícia Civil, Secretário de Defesa Social. Desembargador, queria fazer uma pergunta para o senhor. Nós tratamos... A resposta que o senhor deu ao Deputado Neucimar tratou da questão do número de juízes, eu não vou perguntar já, é sobre a questão lá da comarca de Ribeirão das Neves, mas tem a questão também do pessoal. Parece que, na Vara de Execução, tem cinco pessoas, e tem duas de licença. E, além disso, acho que essa questão do mutirão já foi sugerida, o Dr. Herbert também falou lá no dia, ele está presente, falou da questão da formação da região metropolitana e que parece que os juízes todos concordaram. Não vou tocar nesse assunto. Queria que o senhor me falasse sobre essa questão de números de funcionários, porque não adianta o senhor aumentar os juízes e não ter funcionários para atender. E o segundo, pelo que vi lá, fui a primeira



vez ontem na Vara lá, eu não sei se o juiz não tem lugar de trabalhar, nem os funcionários. Porque cada lugar, cada armário, em cima, embaixo, dentro, debaixo das coisas não tem mais onde pôr processo. Eu estou falando assim, é mais como uma contribuição, que eu acho que tem que pensar no espaço físico, até para fazer um mutirão. E precisa, tem que pensar no número de juízes e tem que pensar nos funcionários, acho que para resolver, eu acho que esse apelo do Presidente eu concordo com ele, o senhor já está inteirado. A outra questão é que fizemos, depois que saímos de lá, fizemos uma visita à penitenciária de mulheres. Então, devido ao acúmulo de serviços no Judiciário, tem várias mulheres com benefícios, já vencidos, com tempos vencidos que o próprio pessoal, a diretora, a Raquel, a Dra. Graça, a Dra. Raquel, Diretora, e responsáveis lá pelo presídio das mulheres, eles colocaram o seguinte: essa questão que os juízes colocaram só confirmou para nós o que ouvimos dos juízes lá, ouvimos lá dos responsáveis pelo presídio de mulheres. Então, eu penso que isso não só deve ser rápido, como foi colocado, porque chegar em abril ainda demora, até chegar... E depois, se o desembargador puder ou alguém que vocês puderem mandar para ver *in loco* como é que eles vão sentar para trabalhar, é isso que queria colocar. E a outra pergunta, que não é diretamente sobre lá, mas tem a ver com o número de juízes, o senhor sabe quando eu colocar aqui, tem a ver com as questões que visitamos ontem, a cadeia de Contagem, o número de pessoas que estão lá, tem falta de juiz, e temos o Dr. Livingston afastado, não sei se o desembargador, sei que tem as questões internas, não quero entrar nas questões internas da Justiça, quer dizer, eu acho que a gente tem que pensar o que a gente viu, que foi uma atitude lá atrás, o afastamento dele, estou falando no sentido de faltar pessoal, de refletir isso também. Obrigada, obrigada.

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Deputada, vou ser bem objetivo. Em relação ao pessoal, estamos primeiro com problema do limite de gasto da Lei de Responsabilidade Fiscal. O que aconteceu? Essa administração atual — eu gostaria que os Deputados Federais e Estaduais tomassem, todos os senhores tomassem conhecimento disso —, aqui em Minas, durante algum tempo, havia 3 mil e poucos servidores do Judiciário terceirizados, contratados por terceirização. Porque, em face de que não vem ao caso discutir. Essa administração finalizou os contratos dos terceirizados, que não eram, alguns contratos não podiam existir porque eram de



funções diretamente relacionadas com o Estado. E, finalizou, está fazendo concurso público. O Ministério Público inclusive exigiu isso, e essa administração que entrou sabedora desta exigência e da ilegalidade, evidentemente, que era a manutenção daquela situação terminou com os contratos terceirizados e começou a realizar os concursos. Então, nós temos, Deputada, um problema de déficit de pessoal muito grande. Temos mesmo. Eu vou dar um exemplo para V.Exa.: na 5ª Câmara Criminal, onde eu trabalho, aportam diariamente, diariamente aproximadamente mil processos, mil, criminais. Nós temos na 5ª Câmara Criminal oito pessoas trabalhando na Secretaria. Contando com a escritã, que é irmã do Dr. Herbert, e ele sabe disso. Então, há um problema de déficit que começa na estrutura superior e vai até a estrutura inferior.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO LARA - Então, o senhor tem que convir que tem que ter um mutirão de juiz e de funcionário.

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Também. Então, para o mutirão de funcionários, para o mutirão de juízes, nós não pagamos horas extras. Para o mutirão de funcionários fizemos isso, o sindicato lá dos servidores vai cobrar horas extras, vai massacrar a administração. Então, o que quero dizer para a senhora é o seguinte. Estamos, na administração interna, existe na lei um limite de servidores na entrância intermediária. Ribeirão das Neves não nos esqueçamos é entrância intermediária.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO LARA - Tem que passar para especial.

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Isso. E esse limite é de cinco servidores. Então, lá tem dois servidores que estão afastados, ficam três. Nós temos outras comarcas do Estado que têm dois servidores.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO LARA - Dr. Alexandre...

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Sabemos que ...

A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO LARA - ... outro pedido deles é que lá se torne uma instância especial, pelo número de presídios.

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Sim, isso aí, como eu disse, Deputada, depende muito de um trabalho dentro do próprio tribunal e da Assembléia, porque é a lei de organização da magistratura estadual, a nossa lei de organização judiciária e



também a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, temos que fazer esse trabalho, e estamos tentando. O que eu vou prometer a V.Exa. e vou prometer a esta Comissão, Sr. Relator, Deputado Dutra, ao Sr. Presidente, Deputado Neucimar, é que o tribunal, em relação ao pessoal de apoio de Ribeirão das Neves, o tribunal vai tentar achar uma solução, porque não adianta fazermos o mutirão se não tivermos servidores. Agora, Deputada, em relação ao espaço físico, vai ser impossível. Não temos como resolver o espaço físico de agora até março, abril, então nos comprometemos a médio prazo, a tentar essa solução, não a curto prazo. Eu gostaria, Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, não sei se vai ser minha última intervenção, eu gostaria apenas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ainda têm algumas perguntas.

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Então, na última intervenção eu gostaria de tecer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputada Cida Diogo.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Só especificamente sobre Ribeirão das Neves, eu queria também defender e que o tribunal pudesse incorporar de fato aquele Município, aquela região, aquela realidade, porque é a região onde tem o maior complexo prisional do Estado. Então, por conta disso, ela necessita ser olhada de forma diferenciada. E aí essa idéia de uma vara especial, de uma comarca com característica especial, acho que é necessário isso. E para esse trabalho, na minha concepção, existe a necessidade da parte do Judiciário ter esse olhar, mas, na minha avaliação, precisa de o Executivo pensar como melhor estruturar a Defensoria Pública, porque assistência jurídica ajuda muito o trabalho do próprio Judiciário, precisa o Ministério Público também ter uma estrutura melhor, para também se somar nessa ação, e obviamente a ação concreta do Estado dentro desses presídios, numa perspectiva de que, ao preparar, ao garantir com que esse conjunto de presos que possam ser beneficiados por essa ação, eles possam ser reintegrados na sociedade, buscar formas de que eles não retornem. Então, acho que talvez valesse a pena pensar aquela região como uma espécie de modelo para o Estado, a ser investido com um olhar diferenciado, pegando o Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e a ação executiva do Estado para que pudesse de fato



se ter os investimentos necessários de uma forma mais completa, e não apenas uma ação pontual ou de um órgão específico. Então, só registrar isso.

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Eu concordo com V.Exa., Deputada, e acho que ali só um somatório de forças, porque inclusive a minha opinião pessoal, dava ao Deputado João Leite, aqui não em nome do tribunal, mas me permita como estudioso da questão criminal, é que o modelo de Ribeirão das Neves foi equivocado, o modelo. Ou seja, concentração de penitenciárias ali no mesmo local. Para mim esse modelo é equivocado. Mas, já que esse modelo existe, nós não podemos nos furtar daquela situação, eu acho que o somatório de forças é importante. O Judiciário vai, podem ter os senhores certeza, estou me comprometendo aqui, vai tomar uma providência em relação à questão que lhe é afeta. Ou seja, aos processos que lá estão. Fazendo mutirão, enviando servidores ainda que emergencialmente, que não possam ser enviados permanentemente, mas emergencialmente. Agora, o que fica muito claro é que temos que tomar providências maiores. Macroprovidências em relação a Ribeirão das Neves. Porque essas providências são pontuais. Se o Judiciário fizer isso, tenho certeza que até julho não vai haver maiores problemas, ou a partir de agosto, se esta CPI continuar existindo, ou se ela vier a ser extinta e os senhores, claro, irão receber, na Câmara Federal ou aqui na Assembléia os Deputados Estaduais, informações de que começaram a haver de novo atrasos etc., ou seja, nós temos o problema com a Defensoria, já foi mencionado, temos problema com o Judiciário lá, é uma vara só, e, portanto, é um somatório de forças. É preciso esforço. E o Judiciário está engajado nisso, podem ter certeza. O Presidente me pediu para vir aqui, me pediu para vir dizer o seguinte: sabemos do problema, não vamos fechar os olhos, estamos dispostos a contribuir para que isso possa ser solucionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, para sermos econômicos, gostaria de fazer uma abordagem mais geral, para ser respondida pelo Dr. Alexandre, pelo Tribunal de Justiça, pelo Dr. Miranda, do Ministério Público, Dr. Maurício, e até mesmo pela Defensoria Pública. Nessa rápida passagem de ontem, visitamos a 16ª Delegacia, onde estão 62 mulheres, visitamos o 2º Distrito de Contagem, visitamos a Delegacia de Tóxico, eu, a Deputada Cida e a Deputada



Maria do Rosário estivemos em Ribeirão das Neves e estivemos também num presídio feminino. Gostaria de dizer a todos, se alguém quisesse ter uma noção do que que é o inferno, visite uma cadeia ou visite um presídio. O que que nós encontramos que serve para o geral? E aí fica para o comentário de cada uma dessas autoridades. Primeiro, superlotação. Eu vou dar exemplo apenas do 2º Distrito. Na cela nº 1, a capacidade legal, pelas leis brasileiras e pelas recomendações da ONU, era para caber apenas 18 presos. Espremendo, poderia botar 40, mas lá tem 122 presos. Nenhum deles tem colchão, todos dormem no chão. Nenhum deles teve direito a visita de parentes. Nenhum deles tem direito a banho de sol. Nos revelaram que a média é de quatro a cinco presos que dormem se revezando em cima do sifão, que é a palavra comum no Nordeste, ou é vaso sanitário. Dormem em cima do banheiro. E eles disputam para saber qual é o horário que cada um dorme. Houve denúncia de que presos pagam de 50 a mais reais, para ter direito a cinco minutos de visita com seus parentes. Denúncia de que os objetos, alimentos que os parentes levam, uma boa parte não chegam a eles. Portanto, a superlotação é algo extremamente grave. Segundo problema, que diz respeito a comunidade jurídica: Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria e até mesmo a OAB. Os presos não têm assistência jurídica. Mesmo aqueles que têm defensores, os defensores não vão lá. E aqui sei que o problema é que as pessoas, os poucos defensores não têm condições de ir ali todos os dias para ouvir. A falta de assistência jurídica e a superlotação talvez sejam a causa principal dos males do sistema. As pessoas não têm advogado, não tem defesa técnica. E a falta de defesa técnica, com certeza, se a gente tivesse condições, Deputado Carlos Sampaio, V.Exa., que é do Ministério Público, tivesse condições de a gente vasculhar esses processos, com certeza decorre da superlotação. Porque as pessoas poderiam pegar uma pena alternativa e não pegam. As pessoas poderiam estar num regime diferenciado e não estão. Muitos deveriam estar soltos e não estão. Portanto, a deficiência jurídica é gritante. Outro problema afeto à comunidade jurídica — e aqui já entendi, Dr. Alexandre, eu tenho feito críticas à falta de visitas do Ministério Público, das vistorias do Ministério Público e dos juízes, que não visitam mesmo. Mas a gente sabe que é porque é humanamente impossível. Vou pegar o caso de Ribeirão das Neves. Segundo nos informaram, tem 5 mil presos naquela



comunidade, aproximadamente 8 mil processos para uma juíza só. Na sala que nós entramos, já entrei tossindo e saí do mesmo jeito, porque o ambiente é insalubre, cinco funcionários. Então, é impossível que uma juíza daquela ainda tenha tempo para visitar as penitenciárias. Então, a falta de visita do Judiciário, do Ministério Público, do Defensor ocasiona o que nós vimos: pessoas que faltam dois meses para cumprir a pena ainda estão lá mofando. Muita gente devia estar fora, e aqui o DEPEN, na fala do Dr. Maurício, ele tem dito que, se houver um mutirão jurídico, um terço dos presos que estão hoje ganhariam a liberdade, um terço, 30% dos presos iriam para a rua. Essa questão da falta de banho de sol na delegacia de tóxicos, encontrei presos com três anos, três anos que não pegam banho de sol. Então, é impossível. A Lei de Execução Penal está com 24 anos. Lá está escrito quais são os direitos do preso, e nada disso é respeitado. Nós encontramos também muitos casos de torturas físicas. É evidente que tem que ser apurado, porque nem tudo que um preso diz nós devemos... E eu não me levo pela emoção, apesar de a gente derramar lágrimas nesse sistema. Mas há muita denúncia de tortura, ou seja, se houvesse o cumprimento da Lei de Execução Penal, que diz que mensalmente o promotor tem que ir ali, que o juiz tem que ir, que o defensor não tem obrigação hoje legal claramente, mas deveria ir, eu tenho certeza de que muitas coisas não aconteceriam. Por que nós, Deputados, passamos uma hora numa penitenciária, numa delegacia, a gente ouve uma quantidade de presos, na passagem de uma hora? Por que nós conseguimos coletar tanta informação e por que os órgãos permanentes do Estado não conseguem? Então, eu queria, Sr. Presidente, colocando essa questão geral, da falta de banho de sol, falta de visitas íntimas. As mulheres, na penitenciária feminina, não têm visita íntima. Não existe visita íntima. Cem por cento dos presos não trabalham na delegacia, 100%; 100% não estudam. Se 100% não trabalham e 100% não estudam, não há ressocialização. A consequência: cumprem a pena, vão para a rua, praticam novos crimes e voltam novamente — reincidência lá em cima. Porque é impossível garantir trabalho e estudo numa cadeia pública. E mesmo na penitenciária também as pessoas não trabalham. Eu pergunto: os presos não trabalham, é culpa dele ou é culpa do Estado? Culpa do Estado. Tudo o que acontecer com os presos, de bom ou de ruim, é culpa do Estado. Não é culpa de preso. Compete ao Estado garantir trabalho. Já



encontramos lugares que têm área agrícola. Eu perguntei na penitenciária feminina: o que estão produzindo? Algumas coisas. O que estão consumindo? Nada, a comida vem toda de fora. E a gente deixa esse questionamento: por que, com área agricultável, por que os presos que estão ali, mulheres, por que não estão produzindo verdura, não estão produzindo carne para abastecer o próprio sistema? Por que tem de vir de fora embalado numa coisa horrível, uma comida sem cor? Então, eu queria, para terminar, Sr. Presidente, colocar para ambos: o mutirão, Dr. Alexandre, que eu acho que não pode... A sugestão da Relatoria, porque nós vamos colocar isso no nosso relatório para todo o Brasil, eu gostaria que as autoridades aqui se manifestassem sobre a possibilidade de se fazer um mutirão, não apenas em Ribeirão das Neves, que é o mais grave, mas um mutirão no Estado de Minas Gerais inteiro, porque, lá em Ponte Nova, 25 presos foram mortos queimados numa cela. E, na cela ao lado, na cela 8, também tinha 25 presos. E inclusive morreu um preso que já estava com o alvará assinado. Portanto, acho que o mutirão, Presidente, a sugestão é um mutirão no Estado de Minas Gerais. Eu me pergunto: será que não é possível, juntando a OAB, os cursos de Direito das universidades públicas, as universidades privadas, o Ministério Público, será que não dá para fazer um mutirão? Por que a OAB, em vez de cobrar uma taxa absurda para fazer o exame da Ordem, por que não bota para o estudante, a partir do oitavo período, ir fazer estágio nas penitenciárias? Então, fica aqui a sugestão de um mutirão no Estado de Minas Gerais. Eu não vou aqui constranger ninguém sobre visita, mas a sugestão que eu faço ao Dr. Maurício, que faço ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público é que visitem as penitenciárias, visitem as cadeias. Eu sei que o cheiro que sai de lá não é bom, não é bom. Aliás, cheiro de pobre e pobre que está sofrendo. Mas é muito importante visitar, porque, na hora que a gente vê, a gente sente. Na hora que a gente sente, a gente age. Eu sugiro a todos que, no final de semana, os desembargadores, o Secretário, uma vez por semana ou uma vez por mês, visitem uma cadeia pública, porque ali, Presidente... As pessoas acham que os presos são agressivos. Tem uma minoria lá que realmente não tem mais jeito, estão com 100 anos de cadeia. Mas até hoje eu não vi um gesto de agressividade a nós, de presos. Os presos estão pedindo é socorro. As pessoas ficam é com os olhos brilhando quando vêem a gente. Lá em Valparaíso, superlotado, nós fomos lá, eu voltei



anteontem sozinho com a assessoria. E lá já houve melhoria: a comida melhorou, a Justiça conseguiu dois carros que não tinha, e o ambiente naquela cadeia estava tranqüilo — tinha até o cheiro de sabonete —, porque as pessoas estão querendo é socorro. Então, não tenham medo de chegar numa cadeia, numa delegacia, encostar na grade, conversar com o homem pobre, com a mulher pobre. Nós encontramos um senhor na cela 3, em Contagem, ele tinha mais de 200 marcas de feridas no corpo, numa cela com 47 detentos, mais de 200 marcas de... Todo — na minha linguagem dá do Maranhão — lambregado, todo ferido ali. Gente com câncer, gente com doença de pele, tudo misturado. Então, eu queria fazer uma sugestão aqui, que pudesse fazer as visitas. E, por último, de coisa imediata, eu queria deixar para o Dr. Maurício a possibilidade da desativação do 2º Distrito, referendando outro pleito da Pastoral Carcerária: ou desativando ou diminuindo a população que lá está, de Contagem, porque na cela 1 tem 122 presos, que era para 18.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tudo. Então, a gente queria deixar aqui esse pleito. As outras medidas vão constar no nosso relatório, concurso público. A gente sabe que o sistema é complexo. Tudo isso depende de dinheiro. Não há dinheiro sobrando em lugar nenhum. A gente sabe que a coisa não é fácil, mas o nosso espírito é o de que esta CPI possa contribuir com 185 milhões de brasileiros. Portanto, eu queria dar esse relato e fazer essas 3 sugestões. Fazer visita é muito importante, porque acho que a gente consegue se humanizar. Para nós, que estamos aí, que pagamos às vezes 300 reais numa dose de uísque envelhecido, vamos sentir um pouco a situação desses presos, que são brasileiros como nós. Praticaram um delito, foram julgados, a grande maioria não teve uma defesa técnica consistente, mas eles têm direito de voltar para a sociedade e voltar curado. E quem tem que curar é o Estado brasileiro. E, do jeito que está lá, eles vão sair mais violentos, mais bravos, e todos nós vamos pagar o pato. Portanto, são as três sugestões imediatas, que deixo para ambas as autoridades, para a gente ganhar tempo. Obrigado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Sampaio, do PSDB de São Paulo.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu queria, inicialmente, cumprimentar todos os membros da Comissão, todas as autoridades presentes e dizer que as ponderações colocadas pelo Deputado Domingos Dutra são ponderações que certamente vão ao encontro do pensamento da CPI como um todo, inclusive suas sugestões. Eu queria só fazer um registro com relação à questão do Distrito de Contagem, porque eu estou no Ministério Público há 21 anos e tive a honra de ter sido Promotor de Justiça no Estado de Minas Gerais em 1987. O Governador Aécio Neves, no ano passado, em setembro, reconhecendo a situação degradante a que submetiam os presos... Isso é importante registrar também na CPI, porque nós temos de constatar o problema, mas ver se os governantes estão tentando mudar essa realidade. Ele efetivamente não só tentou, como propôs, a reforma da cadeia do distrito, através de um contrato emergencial, que foi impedido, em razão de a Lei das Licitações, exigir, ou melhor, não reconhecer naquele caso a emergencialidade. Então, é importante frisar isso, porque desde setembro ele vem tentando e, pelo que sei, continua tentando ver qual o melhor mecanismo, porque o processo licitatório é uma coisa demorada. Então, só faço esse registro porque acho que foram 2 grandes tentos dentre tantos outros que o Governador teve. Primeiro esse, e o segundo, que, quanto mais rapidamente a gente conseguir tirar os presos das cadeias e deixar no sistema prisional, melhor evidentemente vai ser a situação desse indivíduo que está encarcerado. A realidade que tínhamos em 2003 era que 17 mil presos estavam em cadeias, 5 mil no sistema prisional. Hoje, temos o inverso: 22 mil no sistema prisional, e continua com 15 mil nas cadeias, o que é muito ruim, mas já houve a inversão. Antes, todos os presos estava em cadeia. Então, os investimentos que foram feitos... Aí o dado não é meu, o dado é do Tesouro Nacional, foi o Estado — e reconheço até com relação a São Paulo, que é o meu Estado —, foi o Estado que mais investiu nessa área, segundo os dados do Tesouro Nacional, do Governo Federal. Portanto, eu faço esse registro porque é importante a CPI pontuar os erros, é importante a CPI verificar e caracterizar cada problema que tem, mas também é importante externar à população se aquele Governante ou se seus agentes políticos estão tomando medidas ou estão simplesmente tratando do assunto com desídia. E esse não é o caso de Minas Gerais, e, portanto, faço aqui esse registro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputada Cida Diogo.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Eu queria registrar também que, como já foi dito pelo Presidente da CPI e pelo Relator, nós temos um problema gravíssimo dentro do sistema carcerário do País, que eu diria o seguinte: na verdade, nós nem temos sistema, não existe sistema carcerário no Brasil. O que existe são iniciativas da cabeça de cada Governante, que faz do seu jeito. Apesar de existir uma Lei de Execução Penal, essa lei não é cumprida. Não existe uma preocupação dos Poderes de estarem se estruturando de fato e trabalhando até de forma integrada. Cada um faz do seu jeito. Primeiro, cada Estado dentro do País faz do seu jeito; depois, os Poderes fazem da forma como também acham que devem fazer, e não existe uma integração de trabalho, uma soma de esforços de fato para encontrar uma solução e efetivamente implantar um sistema nacional que garanta a essa rede de carceragem no País funcionar de forma adequada. Então, acho que a primeira coisa que a gente tem que registrar, e a CPI, com certeza, no seu relatório final, vai apontar isso, é de que não existe sistema carcerário brasileiro. Isso precisa ser enfrentado, discutido, e precisa ser apontado um caminho para que efetivamente esse sistema seja implantado.

Segundo, quando a gente vai em cada Estado e procura mostrar para a sociedade, discutir com a sociedade, com os agentes que operam o sistema, para que a gente possa de fato sensibilizar tanto a sociedade quanto os agentes públicos responsáveis por esse sistema. Desde o início da implantação da CPI, não existe nenhuma decisão ou vontade na CPI de estar querendo execrar nenhum gestor público do sistema. E isso aconteceu em todos os Estados que nós fomos. Procuramos mostrar essa realidade, para que a sociedade se sensibilize, mas principalmente para que os agentes públicos se sensibilizem com a questão e busquem as soluções efetivas para um problema que é sério. E aí, quando a gente depara com essa realidade, a única justificativa que nós encontramos para ver homens e mulheres sendo tratados no nosso País como verdadeiros animais, como bichos que, na verdade, dentro da cadeia, dentro da prisão, são provocados como se fossem um galo de rinha, de briga, que fica sendo estimulado a virar cada vez mais brigão, como se fosse um animal que está sendo treinado para a luta. Hoje o sistema prisional, ele está cumprindo esse papel. Ele fica ali dentro estimulando



esses homens e mulheres a cada vez mais ficarem revoltados, agressivos, e aí eles vão voltar pra sociedade e vão colocar toda aquela agressividade em cima da sociedade. Ou toda sociedade brasileira entende isso, todos os agentes públicos entendem a gravidade desse problema que vai se reverter sobre nós mesmos, ou nós vamos continuar botando a venda nos olhos, tapando os ouvidos, fingindo que não estamos vendo e nem ouvindo essa realidade. E aí eu acho que aqui de Minas a gente sai com uma lição muito grande. A CPI, ela teve muita dificuldade de poder colocar isso nos órgãos de imprensa no Estado. Nós não encontramos um tamanho de dificuldade em nenhum outro Estado. Esse Estado foi o Estado em que mais dificuldade teve a CPI de, através dos órgãos de opinião pública, dos órgãos de imprensa, que deveriam cumprir um papel social, que é de colocar para sociedade um problema e ajudar a buscar uma solução para esse problema, o Estado de Minas foi o Estado em que mais dificuldade encontrou a CPI, para que a sociedade conhecesse o seu trabalho. Infelizmente, foi essa a realidade no Estado de Minas. E aí eu digo o seguinte: trabalhar dessa forma, conduzir essa discussão, esse problema dessa forma, para mim é uma burrice enorme, mostra um grau de fragilidade, de incompetência do próprio setor público de discutir e enfrentar o problema. É muito melhor deixar o problema vir, porque sabe inclusive que o problema não é só dele, não é só de um Estado. O problema é sistêmico, é do País inteiro. Então, mais uma vez, algum Estado conhecer essa realidade para que a gente possa, com isso, construir uma proposta que seja coletiva, que envolva todos os responsáveis, porque não existe só um Estado responsável, só um poder responsável. A responsabilidade é de todos os envolvidos. E aí eu fico pensando. Não justifica, não tem justificativa. E a única justificativa que eu encontro é o medo de, de repente, ser detectado algum grau de incompetência, de fragilidade. Se o problema é coletivo, é nacional, envolve os 27 Estados da Federação, não precisa um Estado ficar tão amedrontado e não permitir que a imprensa divulgue e coloque isso para sociedade. Eu acho que nós temos que rever essa discussão com o Governo do Estado de Minas Gerais, com os poderes instituídos aqui. E estamos entendendo que, acho que a partir da ação da CPI aqui de certa forma a gente conseguiu passar isso um pouco, mesmo com a dificuldade que houve de externar isso para sociedade. Mas eu acho que a gente sai daqui pelo menos entendendo



que os responsáveis pelos poderes instituídos no Estado de Minas estão incorporando essa mentalidade, essa forma de trabalho da CPI, que é na busca de não entrar para o denunciamento vazio. Nós queremos mostrar para sociedade essa realidade, mas a CPI quer efetivamente trabalhar com todos os órgãos responsáveis, buscando saídas e soluções. Eu saio daqui hoje... Ontem, durante as visitas, eu estava muito preocupada, hoje pela manhã, quando cheguei aqui, também estava muito preocupada com o fato dessa resistência do Estado de Minas, do Governo do Estado de Minas, das instituições que estão aqui de não quererem que isso pudesse estar sendo feito, que essa discussão estivesse sendo feita de uma forma mais transparente, mais aberta e junto com a sociedade. Acho que a gente, à medida que os trabalhos forem se desenvolvendo, acho que agora, à medida que a própria TV e a Assembléia se dispõem a estar colocando esse debate, abrindo esse debate, eu espero que os órgãos de imprensa possam divulgar o resultado desse trabalho da CPI, possam externar essa vontade, esse desejo que começa a tomar conta. A gente percebe, quando conversa com os responsáveis, seja pelo sistema penitenciário, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, existe esse desejo de encontrar o caminho e a solução. Agora, isso só vai acontecer se, de fato, se desnudar dessa preocupação de que não, nada pode ser mostrado. Existe o problema, o problema é sério. Agora, não há um responsável. A responsabilidade é coletiva, é de um conjunto de órgãos que deveriam já estar respondendo. E a gente quer que se busque esse caminho.

E só para fechar, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de deixar, além da sugestão que o Relator coloca desse mutirão conjunto, mas eu acho que, de imediato, nós poderíamos sair daqui com uma decisão e um compromisso dos órgãos responsáveis, porque isso acaba sendo simbólico. Isso dá uma demonstração para sociedade de Minas Gerais que está havendo uma mudança de comportamento, uma mudança de concepção e assimilando que existe um problema e que medidas vão começar a ser tomadas. Essa questão de Ribeirão das Neves o Judiciário já apontou, mas a gente também ter o compromisso do próprio Governo do Estado de estabelecer que a Defensoria Pública vai ter lá um aporte maior para garantir assistência jurídica, o acompanhamento, uma infra-estrutura melhor para o trabalho feito dentro dos presídios. Isso pra mim é simbólico. Pensar o local, a região onde



existe a maior concentração de presídios do Estado, de haver uma intervenção mais imediata, mais resolutiva, é simbólico para sociedade. Então, se a gente sai daqui com algum grau de compromisso para que isso aconteça. Que o Governo do Estado assuma o compromisso efetivo de rapidamente — e eu acho assim, o rapidamente que eu falo é um período curto de 30 dias — apontar uma solução efetiva para a carceragem do 2º Distrito de Contagem. Ver aqueles homens, ontem, do jeito que nós vimos e pensar que eles vão passar mais de 30 dias ainda naquela condição é inaceitável. Ou o Estado busca uma forma, redistribui aqueles presos, se vira, estuda. A Secretaria de Assuntos Penitenciários, não sei nem se é uma secretaria, mas o órgão que cuida disso sentar, discutir, ver uma forma. Aquelos homens não têm condição de continuar passando mais 30 dias. Eu digo nem mais uma semana, é insuportável, aquilo é desumano, aquilo... É inconcebível algum gestor público achar que aqueles homens possam passar mais do que 30 dias. E aí um compromisso de que, dentro de 1 mês, 30 dias, já tenha uma solução para que aquela cadeia não continue com aqueles 122 homens que estão lá daquela forma que estão. E, por último, a outra cadeia feminina que nós visitamos. Eu acho que tem que também discutir com o diretor da cadeia. Infelizmente, eu falei pra ele, pedi, espero que ele tenha atendido na hora lá. As nossas mulheres, nessa cadeia, que é do 16º Distrito aqui de Belo Horizonte, uma cadeia feminina, as nossas mulheres dormem num local onde deveria ser um local de banho de sol, um local que elas receberiam, teriam, dentro de um espaço mais reservado, de estar ali tendo... Aí foi transformado numa cela. E, por conta daquilo que era tratado antes como um espaço maior, onde tomariam banho de sol, tinham câmeras. E hoje cela, onde essas mulheres dormem, onde essas mulheres ficam com o seu corpo mais exposto, porque dormem, se cuidam e trocam de roupa ali, tem câmera que fica 24 horas vigiando, acompanhando aqueles mulheres. Duas câmeras continuam ainda 24 horas acompanhando essas mulheres. Essas mulheres ali se masturbam, se querem ter alguma ação mais íntima, elas são vigiadas. Alguém está ali acompanhando 24 horas. Que se retirem, de imediato, essas câmeras, que se busque uma solução que melhore aquele espaço ali. Não é um negócio tão pesado, tão grande. É uma obra pequena, dá pra fazer, melhor adequar. Eu cheguei a deitar numa cela junto com 9 presas, num espaço de 3 metros quadrados, onde nem 3



peessoas dormem direito. Ali elas dormem todos os dias e ainda tem o banheiro ali dentro. Três metros quadrados com o banheiro, e elas ainda, durante o dia, levantam os colchões, à noite juntam os colchões ali e dormem uma do lado da outra, não podem se virar. Eu entrei entre uma e outra lá, e elas disseram que já teve momento de nessa cela ter 12 mulheres ali dividindo. Então, acho que são essas questões que nós pudemos observar, acompanhar e detectar. Têm condição, de forma mais rápida, imediata, porque não demanda tanto recurso, para solucionar questões como essa.

Eu gostaria de que pelo menos essas 3 questões, para mim que são simbólicas, onde a gente teve efetivamente visitando, que pudessem ter respostas mais imediatas. Ribeirão das Neves, 2º Distrito de Contagem e essa cadeia do 16º Distrito da Pampulha, aqui em Belo Horizonte, a cadeia feminina, que pudesse o Governo do Estado, os órgãos públicos, o Ministério Público, Defensoria, Judiciário se somarem para dar uma resposta assim meio que não de curto prazo, mas imediata para essas 3 questões. Eu gostaria de deixar aqui como uma demanda específica dessa Sub-Relatora dos presídios femininos e que está tentando contribuir para gente mudar essa realidade que é muito dura. E, com certeza, se não for mudada, ela vai se refletir sobre nós mesmos. Nós começamos agora a ver prédios sendo blindados. Imaginem bem, além de carros blindados, começa a se blindar prédio. Isso só tende a piorar. E aí se a gente tenta investir um pouco nesse sistema, recuperar esses homens e mulheres que estão lá, para que eles possam, quando sair, não voltar para criminalidade e piorar a situação de violência que nos acomete diretamente, vai ser muito melhor não só para os presos, não só para os agentes penitenciários, para quem trabalha diretamente nesse sistema, mas principalmente para sociedade como um todo. E eu acho que é esse o desafio que a CPI tem e principalmente os órgãos públicos responsáveis por essa política de atenção à população presidiária.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Alexandre Silveira.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SILVEIRA - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga; nossa colega de trabalho Deputada Cida Diogo; Deputada Maria



do Carmo Lara; Deputado Relator da CPI, Domingos Dutra; companheiro Deputado Carlos Sampaio, de São Paulo; companheiro Deputado mineiro, Paulo Abi-Ackel; Secretário de Defesa Social, Maurício Campos; Dr. Alexandre, representante do Judiciário mineiro; representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil; demais órgãos que compõem o sistema de defesa do Estado de Minas Gerais, eu tenho tentado chamar a atenção desta CPI para algo que nós entendemos ser de fundamental importância. Esta CPI foi criada para diagnosticar o sistema prisional que nós todos já sabemos falido, completamente falido em todo o País. Mas é apenas um dos pilares do sistema de defesa social como um todo. Nós sabemos que passa pela segurança pública. E eu não poderia deixar aqui de ressaltar que nós temos tramitando na Câmara Federal, e para isso nós temos tentado chamar a atenção dos componentes desta CPI, as Leis Orgânicas Nacionais da Polícia Civil e da Polícia Militar, que foi encaminhada pelos Comandos Gerais nos Estados, da própria Lei Orgânica Nacional, que nós temos conversado com..., dos agentes penitenciários. E também tentando chamar a atenção do Relator para que as colocações venham a demonstrar que é realmente um problema sistêmico, porque fica parecendo, quando se fala na ausência do Ministério Público, do Judiciário, nas cadeias públicas, bem como as deficiências do sistema de Polícia Judiciária, dos agentes penitenciários. Fica parecendo que é uma questão de gestão dessas entidades, gestão local. E nós sabemos que não é. É uma questão da falência sistêmica no nosso País.

Eu não encontrei nenhuma cela — nenhuma cela —, de todas as visitas que nós fizemos a todos os presídios do País, em que o Deputado Domingos Dutra tenha perguntado: *“O Ministério Público vem aqui? “Não”. “O Judiciário vem aqui?” “Não”*. Nenhuma nós encontramos que vem.

Eu não posso acreditar que o Ministério Público não está trabalhando; que o Judiciário não está trabalhando; que a Polícia Civil não está trabalhando, com todas as deficiências que nós sabemos que ela tem; que a Polícia Militar não está fazendo a guarda externa das cadeias públicas.

Esta não é a nossa realidade. A nossa realidade é a falência do sistema. E este é o mister dessa CPI: diagnosticar como um todo a falência desse sistema, propor soluções criativas, porque falar em investimento também é muito simples, apontar falta de investimento é muito simples. Nós temos que ir além disso. Temos



que propor a modernização da nossa legislação. Eu tenho chamado a atenção do Relator para isso. S.Exa. está muito atento a isso. Temos que propor hoje a modernização dos meios, usar a tecnologia para o monitoramento dos presos.

Já foi aprovada na Comissão de Segurança, da qual sou membro efetivo — e no Senado inclusive —, a questão da tornozeleira eletrônica para os crimes de menor potencial ofensivo, para nós diminuirmos a nossa população carcerária.

E eu não posso também concordar e deixar de ressaltar o que foi frisado várias vezes pela Deputada companheira Cida Diogo: a questão da ausência, ontem, interna, da imprensa nos acompanhando dentro das cadeias públicas do Estado. Essa não é uma realidade. Talvez a Deputada Cida Diogo não tenha participado, mas eu tenho aqui que deixar público que houve um entendimento da direção desta CPI, do Presidente da CPI — eu estava presente, com o Secretário de Defesa Social —, de que entrariam dentro das cadeias públicas 2 câmeras, 1 fotógrafo, todos os membros da CPI e toda a comitiva que estava nos acompanhando, inclusive os Deputados Estaduais, tanto da base do Governo na Assembléia quanto da Oposição. Estava lá o Presidente Durval Ângelo, do PT, que acompanhou as nossas visitas. E inclusive foram disponibilizadas pela *TV Câmara*, que estava nos acompanhando, as imagens para a imprensa mineira, que acompanhou — e aqueles que quiseram, na parte externa — toda a nossa visita e todo o nosso trabalho.

É importante colocar isso, para não ficar parecendo que a imprensa mineira não está trabalhando ou que há qualquer cerceamento do trabalho dela no Estado ou qualquer posição unilateral da imprensa, qualquer posição predeterminada.

Também não posso deixar de parabenizar os órgãos de defesa do Estado, o Governo do Estado por não ter exatamente feito nenhuma maquiagem no sistema prisional que nós visitamos.

Eu não acredito em havia dificuldade para se tirar, ontem, na cadeia de Contagem, 30, 40 presos daquela cela. Realmente nos indignou, e indignaria qualquer ser humano, ver outro ser humano naquelas condições de precariedade, total e completa.

Nós, na mesma hora, ligamos para o Secretário de Defesa para saber o que estava acontecendo no 2º Distrito, especificamente, e ele nos relatou. Falou:



“Alexandre, nós desativamos a Furtos e Roubos, que era igual ou pior do que o 2º Distrito. Desativamos o Palmital. Desativamos Venda Nova”. Venda Nova eu conheci bem. Tirei plantões naquela delegacia. Furto e Roubo de Veículos, DI. Desativamos todas essas unidades. E, quanto à questão do 2º Distrito, está em andamento a desativação, a diminuição da população carcerária e a desativação.”

Indigna-nos, Deputado Domingos Dutra, como nos indignou o Presídio Aníbal Bruno, em Pernambuco, como nos indignará, com certeza, a nossa visita no Maranhão com V.Exa. E V.Exa. mesmo tem deixado claro isso, até porque V.Exa. tem uma postura de total imparcialidade. V.Exa. tem desenvolvido um belo trabalho nesta CPI. Eu acredito que esta é a CPI que dará maiores resultados efetivos nesta Legislatura da Câmara Federal, do ponto de vista prático para a sociedade, mas não podemos deixar de fazer este registro, para não ficar parecendo aqui que num Estado ou em outro Estado nós não temos órgãos de defesa trabalhando — Magistratura, Ministério Público, polícias judiciárias.

Chamo a atenção também para a nossa responsabilidade, como Deputados Federais, de darmos celeridade, cobrarmos do Presidente da Câmara Federal, Deputado Arlindo Chinaglia, a Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil e da Polícia Militar, os avanços necessários do ponto de vista legislativo: o terceiro grau para o policial civil, que está na Lei Orgânica Nacional e precisa ser aprovado pelo Congresso; a carreira jurídica para o delegado de polícia — nós temos a PEC nº 549 em andamento, o reconhecimento do delegado de polícia como carreira jurídica, porque é carreira jurídica, de fato.

Então, gostaríamos de conclamar V.Exas. para que cerrem fileiras conosco nessa luta. Já tive o compromisso aqui do nosso companheiro promotor de justiça, que é favorável à carreira jurídica para o delegado de polícia, Deputado Carlos Sampaio; conseguimos sensibilizar o Governador Aécio Neves, que hoje está nessa luta conosco — a princípio, tinha dificuldades, hoje já entendeu que é necessária; o Vice-Governador, Antônio Augusto Anastasia, é nosso parceiro nisso. Então, é importante ressaltar essas questões.

Minas poderia ter, sim, maquiado o sistema para receber a Comissão Parlamentar de Inquérito, e não o fez. Ontem, nós tivemos aquela cena deprimente de Contagem exatamente porque o Governo tem a humildade de reconhecer as



deficiências do Estado, mas não pode deixar de mostrar a sua pró-atividade, seus avanços, seus investimentos, em torno da busca de soluções para esse sistema falido de nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Deputado Alexandre Silveira e queremos registrar aqui sua participação conosco nos trabalhos desta Comissão.

Deputado Paulo Abi-Ackel.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Sr. Presidente, Deputado Neucimar Fraga, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados que compõem esta Mesa, Srs. Deputados Estaduais, a quem presto aqui minha homenagem, contrariamente ao que foi afirmado anteriormente, quero, mais uma vez, garantir o nosso respeito, a nossa gratidão pelo apoio e acompanhamento que se deu, desde o início, aos trabalhos da CPI em Minas Gerais. Senhoras e senhores autoridades de todos os setores, cumprimento a todos, Sr. Secretário Maurício Campos. Não vou me alongar no cumprimento a cada um, até porque temos que ser breves. Eu não vou falar muito porque acho que o nossos colegas Carlos Sampaio e Alexandre Silveira foram muito felizes na colocação de suas palavras, no resumo de nossos posicionamentos, de nossos objetivos nesta CPI.

A CPI, penso, foi criada com o foco de cuidar efetivamente daqueles eventuais direitos humanos não respeitados dentro das celas, dentro das delegacias, dentro dos presídios de todo o Brasil. É uma atitude louvável, merece todo o respeito o Deputado Domingos Dutra, que está, com esse trabalho, escrevendo seu nome na história contemporânea do País.

Muito rapidamente, pudemos, todos nós que compomos a CPI, chegar à conclusão de que, muito além disso, precisávamos de fazer um trabalho intenso para apresentar, ou, pelo menos, para forçar soluções que pudessem ser mais amplas e resolver, ou pelo menos progredir, na questão da reinserção do preso na sociedade após o cumprimento da pena. E era inevitável chegar rapidamente à conclusão de que outras soluções a CPI precisaria de apresentar rapidamente, entre as quais a da verificação do número e do volume de recursos colocados nesse setor tanto pelos Governos Estaduais como pelos Governos Federais.



A CPI passou, então, a fazer um périplo por todo o Brasil. Visitou apenas 9 Estados, motivo pelo qual penso — mas é uma opinião pessoal, e respeito a opinião de meus pares — que ainda é precipitado chegar à conclusão de que Minas tem uma situação pior ou melhor do que a de outros Estados da Federação. Muito pouco se fez ainda na CPI. Muito ainda vamos descobrir na CPI. Muitas surpresas deveremos ter ainda e muitas vezes — com certeza — vamos nos deparar com situações lamentáveis nos presídios de todo o País. Mas a CPI já conseguiu tirar conclusões: há poucos investimentos federais aplicados no setor. Não estou aqui querendo mitigar o problema dos Governos Estaduais, porque temos Governos Estaduais de todos os partidos, PT, PSDB. E aqui em Minas há a forte impressão e há números impressionantes que nos levam realmente à certeza de que tem havido a priorização de investimento de recursos na área da segurança pública. Mas eu não posso aqui deixar de registrar: o Governo Federal não tem investido em segurança pública. O Fundo Penitenciário não tem recursos voltados para a construção de presídios federais nem para o socorro aos Governos Estaduais. Nós vemos diariamente, diuturnamente, a Câmara dos Deputados votar a suplementação de recursos por meio de medidas provisórias, sem o devido trâmite, através de Comissões Especiais, ou através de projetos de lei, de recursos elevadíssimos para, por exemplo, a montagem da TV pública, para os jogos do Pan, para a política de divulgação ideológica do partido, do Governo. Aqui não tem ninguém dizendo que esses recursos não estão corretamente aplicados. Apenas estamos deixando registrado que é preciso que o Governo Federal coloque a questão da segurança pública em primeiro lugar. O Governo Estadual... Aqui não me cabe, como membro da CPI, fazer uma defesa. Mas penso até que defesa também não precisa, porque os números que tenho demonstram que há uma preocupação eminente e evidente do Governador do Estado para a aplicação correta desses recursos na política de segurança pública. Eu quero complementar as minhas palavras para dizer que essa CPI tem um momento de grande importância histórica na vida do País. Cabe ao Deputado Neucimar Fraga e cabe ao Deputado Domingos Dutra, como cabe também às Deputadas Federais que compõem a CPI, um trabalho da maior importância e que se pode transformar em um momento histórico para a solução desses problemas que tanto afligem o cidadão. É um problema multifacetário. Não



diz respeito apenas aos Governos Estaduais; diz respeito aos 3 Poderes. Diz respeito ao Poder Legislativo, que tem que legislar mais rapidamente a respeito dos temas. É um problema que diz respeito também ao Poder Judiciário, que sabe que tem que tomar também providências, e passa obviamente por aquilo que a CPI já está conseguindo fazer, que é convencer a todos da necessidade de dar melhores condições aos policiais civis, à Polícia Militar, aos defensores públicos, para que em um conjunto possamos finalmente chegar a um sistema que funcione melhor e que exatamente não faça com que os homens livres sejam prisioneiros de um sistema perigoso e que deixa todos com medo. Minha preocupação pessoal, antes de qualquer outra, é a de dar condições aos presos para que eles saiam dos presídios, após o cumprimento de penas, em condições de serem reinseridos na sociedade, que tenham condições de conseguir um emprego, que não façam na cadeia a pós-graduação do crime. Essa é a minha preocupação principal e por isso faço parte da CPI. Estou, portanto, na luta pela sociedade e estou certo de que esta CPI já está cumprindo um papel de grande relevância, que é o de fazer com que as autoridades de todo o País — estaduais e federais — tenham a consciência do problema que temos de enfrentar pela frente.

São essas minhas considerações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quero agradecer ao Deputado Paulo Abi-Ackel, eu quero agradecer também a sua participação nos trabalhos desta Comissão.

Vou conceder a palavra agora à Deputada Maria do Carmo do PT de Minas Gerais para que ela possa também fazer as suas considerações finais nessa primeira parte da audiência pública.

Deputada Maria do Carmo.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO LARA - Boa-tarde. Eu não falaria, mas eu quero lhe dizer que estou falando e quero registrar aqui a minha indignação com a fala do Deputado Paulo Abi-Ackel. Não quero fazer disputa com ele, não quero discutir. Enquanto nós estivermos nesse nível de discussão, nós não vamos resolver o problema de segurança pública do nosso País, nós não vamos resolver o problema de violência no nosso País.



Eu sou de um partido, o Governador Aécio Neves é de outro. Não é isso o que nós queremos fazer. O Presidente Lula... Eu acabei de falar com o nosso colega, o Deputado Estadual. Eu falei com ele: *“Vamos juntar a bancada federal e vamos fazer uma discussão com o PRONASCI lá em Brasília, para ver quanto mais de verba nós adquirimos para Minas”*. Viu, Deputado Alexandre Silveira? Eu acabei de falar com o Deputado aqui. Ele falou: *“Tem pouca verba vindo aqui pelo PRONASCI, tem pouca verba vindo para penitenciária”*. Eu falei: *“Vamos reunir a bancada mineira e vamos fazer essa discussão com o Presidente Lula, com o Secretário de Segurança Pública a nível nacional, com o Ministro Tarso Genro”*. E o Ministro Tarso Genro, Secretário de Defesa Social, Dr. Maurício, já disse para nós que o Estado de Minas Gerais é parceiro na construção do PRONASCI.

Então, não vai ser com discurso, como o Deputado Paulo Abi-Ackel está fazendo, que nós vamos resolver o problema de segurança de Minas, do Brasil. Nós vamos resolver o problema se todos nós, Deputados Federais, Estaduais, órgão do Ministério Público, órgão do Judiciário, nos unirmos em prol de querer uma Minas com mais paz, em prol de querer uma Minas que não tenha as prisões que vimos ontem, o que não é responsabilidade única da pessoa que está aqui, hoje, não. Se fosse, seria muito fácil.

Eu já fui Prefeita. E eu ajudava o Estado na época — nem era esse Governador — a resolver problema de cadeias lá na nossa cidade. Enquanto não reunirmos Município, Estado, Governo Federal... E tenho certeza de que o Presidente Lula está aberto a isso, porque o PRONASCI foi criado agora com esse intuito, que ninguém resolve um problema de segurança, de sistema penitenciário, num Estado só.

A Deputada Cida fez essa discussão, e a discussão de S.Exa. foi colocando a questão nacional como um todo. Agora, nós não podemos, enquanto mulheres e homens que somos, Deputados, cumprindo o papel de fiscalização, mostrar o que nós vimos, num sentido de sensibilizar a sociedade mineira? Porque a cada Estado nós estamos indo e fazendo isso. Para quê? Preso não é só responsabilidade de um Estado, é responsabilidade nossa, da sociedade, de todos os órgãos, para que nos resolvamos. A disputa política temos de fazer no dia da eleição, na hora de colocar o



voto lá. Agora nós somos mandatários, nós temos mandatos para ajudar a resolver problemas.

É com esse intuito que nós estamos aqui, em Minas Gerais. É com esse intuito, Deputado Alexandre Silveira, é com esse intuito, Deputado João Leite. Desculpe aqui, eu fiquei meio... É com esse intuito, Dr. Alexandre, é com esse intuito, Secretário de Defesa Social, é com esse intuito, Ministério Público, e vocês que nos acompanharam, que nós estamos aqui, em Minas Gerais. Porque se não mostrarmos a realidade, as pessoas pensam que não existe.

O problema de preso não é de hoje, gente. Quem mexe em qualquer área, em qualquer entidade que é responsável por isso sabe que não é de hoje o problema de preso. Quanto mais agora que nós temos uma sociedade urbana. Da década de 70 para cá, nós temos a maioria das pessoas morando nas cidades. Cresceu a nossa população carcerária.

Então, temos que lutar para mudar leis; nós temos que lutar para ter mais recursos em todos os âmbitos; nós temos que lutar para dar melhor dignidade aos seres humanos. Se nós não temos sensibilidade como Deputadas que temos de fazer esse trabalho, quem vai ter? Nós não precisamos cobrar de ninguém.

Eu fui Prefeita, Deputado João Leite. Eu fiz um convênio com uma igreja, com a entidade de uma igreja batista. Inclusive não sei se V.Exa. é de igreja batista. Eu acho que é. Uma entidade falou comigo assim: *“Eu topo fazer um trabalho com os menores que o Judiciário encaminhar para poder recuperar”*. Sabe, eu não consegui alugar um sítio na minha cidade porque ninguém aceitava para fazer isso. Eu não consegui alugar um sítio, porque é o excluído do excluído do excluído. Preso, cadeia, cemitério e lixo ninguém quer.

Eu estou falando porque eu vivi esse problema. Em Betim, também queriam construir uma cadeia, lá. O Prefeito de lá não deixou, não. Eu não estou falando que ele está errado, não, porque a população ia bater nele. Eu tenho certeza de que Neves paga por isso, e nós temos que ajudar Ribeirão das Neves.

Eu quero dizer a vocês que o nosso trabalho aqui é de querer mais apoio do Governo Estadual, de querer mais apoio dos Prefeitos, de querer mais apoio do Governo Federal e somar a bancada nossa, de Minas Gerais, que está aqui, de vários partidos, para ajudar a solucionar um pedaço do problema, para avançar no



nosso Estado. Porque as outras bancadas vão ter de ajudar nos seus Estados. Nós queremos fazer isso. E estamos aqui na Assembléia Legislativa, porque nós queremos também somar com as Assembléias Legislativas nesse sentido.

Então, quero registrar isso, Deputado Neucimar, encerrar e dizer esta fala é de indignação, porque, se nós levarmos para esse lado o discurso, nós vamos sair daqui baixando o nível da CPI. E o nível da CPI é o do diagnóstico, o nível de achar soluções concretas de imediato, a médio, a longo prazo.

Então, eu queria registrar, agradecer e dizer para vocês que eu estou nesta CPI. Não gosto de mexer com isso, não, eu pessoalmente. Acho muito triste, muito desumano, mas temos de ir onde é triste, onde é desumano, para não acharmos que está tudo bem na vida, que está tudo tranqüilo. Quando você vai a um lugar difícil, a um lugar ruim, a um lugar subumano é que se descobre que ou a gente faz alguma coisa, ou não vale a pena viver. E o nosso trabalho é em defesa da vida. E é isso o que a CPI quer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E como a CPI não foi criada para resolver os problemas nem do PT nem do PSDB, quero passar a palavra para o desembargador neste momento para poder responder ao Relator Domingos Dutra sobre a questão do mutirão no Estado de Minas Gerais, para resolver o problema do sistema carcerário.

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - Sr. Presidente, o eminente Relator, Deputado Domingos Dutra, diagnosticou inicialmente o problema da falta de assistência jurídica. Deputado, o Judiciário tem de ser provocado. A provocação tem de vir para a solução do problema jurídico do preso, da assistência jurídica ou pela OAB, ou pela Defensoria Pública, ou até pelo Ministério Público, porque o Judiciário não pode agir nesse caso de ofício. Aliás, normalmente, ele não age de ofício até porque há uma discussão técnica sobre isso, mas o processo de execução também se submete. Hoje, ele não é um processo inquisitivo, então o Judiciário tem de ser provocado, ele é provocado e ele dá, presta a sua jurisdição. Sendo muito objetivo, em relação ao juiz exercer a fiscalização de execução penal, eu gostaria que o Dr. Herbert Carneiro, que aqui está, que ele pudesse inclusive se manifestar, porque o Dr. Herbert... Foi falado aqui sobre a prisão feminina, sobre a penitenciária feminina.



Salvo engano, Dr. Herbert, é da competência de V.Exa. O Dr. Herbert sabe muito bem, Sr. Relator, saberá muito bem dizer ao senhor se ele vai, se ele não vai. E eu tenho absoluta convicção de que ele vai. O Dr. Herbert é conhecido e reconhecido como um juiz de execução que trabalha em prol da prestação jurisdicional, em favor dos presos, sejam eles... São os presos condenados, porque é vara de execução. V.Exa. colocou muito bem: a carga de serviços afeta aos juízes é muito grande, por isso eu acredito que vários magistrados de execução penal não vão às cadeias, ou às penitenciárias. Mas eu não acredito e eu vou me comprometer com V.Exa., eu não trouxe esse dado aqui. Então, eu me comprometo com V.Exa: vou enviar esse dado a V.Exa. Se a Corregedoria do Judiciário tiver, eu acho que ela tem, ela tem esse dado dos juízes que vão até as cadeias e até as penitenciárias. Eu acho que V.Exa. vai se surpreender, porque são mais juízes do que V.Exa. considerou no momento em que V.Exa. formulou a pergunta para mim. Porque a maioria esmagadora dos juízes têm consciência de que tem que ir às penitenciárias, têm que comparecer às cadeias. E eu tenho certeza de que a maioria comparece. Se uma minoria não comparece, essa minoria que não comparece, se a Corregedoria não estiver tomando providência, a administração vai ainda mais estimular e induzir a Corregedoria a tomar providências, porque tem de tomar providências no âmbito da corregedoria. Mas V.Exa. pode ter certeza de que vou mandar esse dado para V.Exa. Eu queria... depois até vou pegar como posso enviar esse dado para V.Exa. Eu quero enfatizar, a Deputada perguntou sobre o Dr. Livingston, o Dr. Livingston não está afastado. O Dr. Livingston está atuando na área civil. Ele continua prestando jurisdição na área civil. Portanto, nós não temos omissão de um magistrado a mais que poderia mais estar atuando na área de execução. Ele foi substituído, da área de execução passou para a civil. Se a Corte agiu bem ou não, se a senhora me permite, eu não vou entrar nessa esfera, porque cada um tem um juízo de valor, cada um faz o seu juízo de valor. Eu quero, Sr. Relator, Sr. Presidente, Deputados Federais, sobre o mutirão. Mutirão estadual. Eu vou levar essa proposta ao eminente Presidente do Tribunal. Eu não posso me comprometer com V.Exa. aqui agora porque o que o Presidente do Tribunal me pediu encarecidamente foi para que eu dissesse a V.Exas. que o problema de Ribeirão das Neves está na pauta, está na pauta para ser resolvido com urgência e



emergência. Urgência urgentíssima, como costuma tramitar alguns projetos lá na Câmara e aqui na Assembléia. Mas, em relação ao mutirão do Estado, é preciso, Sr. Relator, que a gente primeiro possa fazer uma análise de se é possível. Porque fazer o mutirão, proceder, organizar o mutirão, isso é fácil. Isso, nós, do Tribunal, num mutirão nosso, na administração, isso a gente consegue realizar esse procedimento, organizar isso em uma semana. O problema é se há condições de fazê-lo. Porque eu dizia à Deputada e vou relatar a todos os Srs. e Sras. Deputadas: há o problema sério dos servidores que tem de apoiar, porque os servidores têm que participar com o pagamento de horas extras aos servidores, e nós estamos com um problema, de novo repito e insisto, do gasto de pessoal no limite da responsabilidade fiscal. Portanto, temos que analisar essa questão, é uma questão a ser analisada, mas vamos priorizar, ou seja, preferencialmente... Aliás, o mutirão será em Ribeirão das Neves, preferencialmente. Agora, vamos tentar levá-lo para o Estado como um todo. Como vai ser, acredito, minha última intervenção, eu gostaria de tecer algumas considerações, Sr. Presidente. O senhor tenha um pouquinho só de paciência comigo, porque no início eu fui muito obediente, fiz só a saudação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Três minutos.

O SR. ALEXANDRE CARVALHO - As considerações são as seguintes: primeira, o Tribunal de Justiça tem, pela questão de execução penal, uma extraordinária boa vontade e trabalha para a questão da execução penal ser compreendida, para que o Tribunal possa ser um parceiro de todas as outras instituições e não resolver, porque, num continente de virtudes, nós temos uma ilha ou algumas ilhas de problemas, e essas ilhas de problemas existem. E a gente pode ser que resolva alguns, pode ser que não resolva outros. Evidentemente que a gente não vai imaginar resolver tudo. Mas eu quero trazer, informar aos Srs. Deputados: o Tribunal tem um projeto chamado Projeto Novos Rumos de execução penal, que é encabeçado pelo Desembargador Joaquim Alves de Andrade. Esse projeto, que é um projeto que trabalha com a APAC, Valdeci aqui está, é um projeto piloto, um projeto excepcional, um projeto reconhecido no Brasil inteiro, e a APAC dá resultado sim. A APAC de Itaúna dá resultado, a APAC de Nova Lima tem dado resultado. Existem várias APACs no Estado. Não vou mencionar todas, mas eu coloquei aqui que nós estamos instalando mais 2: em Passos e Caxambu. E a APAC é um projeto



que auxilia, e muito, na execução penal e é uma iniciativa do Tribunal com a parceria da Secretaria de Defesa Social. O nosso Secretário de Defesa, o Dr. Maurício de Oliveira, é parceiro da APAC, ele atua em prol da APAC, como nós também, e o Ministério Público também atua em prol da APAC. Portanto, a APAC é... Eu gostaria que V.Exas. diagnosticassem, Deputada Maria do Carmo, que V.Exas. diagnosticassem os problemas, mas que também levassem as nossas soluções, que são boas, que são boas, que podem não ser a solução para os 100% da massa carcerária, mas é uma solução muito boa para 5% ou 10%, mas é uma solução muito interessante. Pois é. E eu gostaria, Sr. Presidente, nobres Deputados que compõem a Comissão, Deputados Estaduais aqui presentes e altas autoridades, de dizer que o Poder Judiciário vem aqui, primeiro, para dizer sim à contribuição à CPI. O Poder Judiciário em momento algum vai dizer não, porque os problemas detectados, e eu já os disse aqui, são problemas que nós sabemos que existem e já estavam na pauta, e já estão na pauta para solução. Então, vamos solucionar ou pelo menos vamos minorar e atenuar muito esses problemas. Segundo, o Poder Judiciário mineiro, como instituição, não tem problema algum de essas questões serem divulgadas na imprensa. O que o Poder Judiciário quer é que elas sejam divulgadas de modo responsável, sem alarde, apenas e tão-somente diagnosticando aquilo que existe e colocando a posição do Poder Judiciário, que é uma posição pró-ativa, uma posição para resolver os problemas. O Poder Judiciário considera que a maioria dos juízes de execução, a maioria dos juízes criminais atua de modo..., atua de forma correta, atua de modo... atua em favor dos condenados, daqueles que estão em execução penal, realizando aquilo que é possível na nossa esfera de atuação, realizando aquilo que nós podemos. Entendemos que essa questão é complexa, a CPI tem uma grave responsabilidade de apontar, como disse o Deputado Alexandre Silveira, de apontar soluções para o Brasil inteiro, porque essa solução não é mineira. O professor Cezar Roberto Bitencourt tem um livro em que ele fala da falência da pena de prisão. A pena de prisão faliu, o sistema é falido, realmente. Nós temos que reinventar a roda, reinventar o sistema. E nós não podemos imaginar reinventar o sistema só com flores, só diagnosticando coisas boas. No sistema haverá coisas muito ruins e haverá certamente algumas ilhas, como disse, algumas situações que são situações interessantes como a da APAC.



Eu gostaria de dizer que o Tribunal está à disposição da CPI, nos colocamos totalmente à disposição. E, para finalizar mesmo, repetir palavras, porque eu sou um juiz liberal, todo mundo me conhece, Dr. Maurício sabe disso, sou um magistrado liberal. Nós aqui fomos... Eu sou um dos... Fui um dos magistrados, o Clevert também, que sempre admitimos progressão de regime em crimes hediondos e assemelhados, até para poder dar às penitenciárias de segurança máxima esse espaço, para que haja essa rotatividade, sabendo do problema estrutural do Estado como um todo. Sempre admitimos penas alternativas, inclusive em tráfico privilegiado. Portanto, nós damos a nossa contribuição enquanto desembargadores — eu falo pelos meus colegas —, para tentar solucionar o problema de execução penal, de modo que a pena cumpra a função, pelo menos minimamente, que é a função de prevenção, evitar novos crimes, ressocializando e mostrando para a sociedade que a prática de delitos não é algo que deve ser tolerado, é algo que deve ser coibido. Mas toda vez que eu faço a minha explanação, Sr. Presidente — eu faço muitas palestras em faculdades, etc. —, trazendo esse direito penal mais liberal, eu sou questionado. Questionam: mas a segurança pública está assim, está assado. Então, eu sempre digo algo que eu trago aqui, é o que o Poder Judiciário pensa, eu acho que é algo que esta CPI tem que se imbuir dessa missão. A missão é a seguinte: o trabalho desta CPI pode ser, como o nosso trabalho do Poder Judiciário na área criminal, pode ser entendido como aquele trabalho de se enxugar gelo. Ou seja, o problema existe e é tão grande que você fica enxugando gelo. E aí alguns dizem: *“Isso é uma utopia muito grande, isso é uma utopia”*. Então, eu cito as palavras do escritor uruguaio Eduardo Galeano no livro *As Veias Abertas da América Latina*, para que ninguém possa arrefecer ânimos em relação a essa questão de execução. Sempre haverá problemas, e eu cito as palavras de Eduardo Galeano que é sobre a utopia. Ele diz assim: *“O que é a utopia? A utopia é um ponto que está lá na frente, e nós então constatamos que para atingi-lo temos que dar 10 passos”*. Damos 10 passos, ele se move mais à frente. Damos mais 10, e ele se move mais. Alguns dão 30 passos. Alguns, 500. Alguns, mil. Mas num momento todo o mundo vai parar e vai dizer assim: *“Por que eu estou caminhando atrás daquele ponto para pegá-lo se eu nunca vou encontrá-lo, se eu nunca vou conseguir pegá-lo?”* Para que nós caminhemos, para que nós não fiquemos parados, para que



nós não fiquemos inertes, para que nós não fiquemos como um museu, parados. Nós precisamos caminhar. É utópica a solução do problema de execução penal a partir da CPI carcerária? Pode parecer, mas essa utopia levará a que o Brasil inteiro caminhe muito, e dependerá de V.Exas. e dependerá de nós todos — o Poder Judiciário mineiro se irmana com V.Exas. nesta caminhada —, dependerá desta caminhada, da quantidade de passos que dermos para que nós caminhemos mais ou caminhemos menos, mas que nós caminhemos, para que nós possamos alcançar algumas soluções. Essa é a manifestação que eu tenho a fazer em nome do Presidente do Tribunal de Justiça, em nome dos 120 desembargadores, em nome dos 884 magistrados do Estado de Minas Gerais, colocando-nos absolutamente à disposição, para que a gente possa, irmanados com esta CPI, ajudar a resolver os principais problemas do sistema carcerário. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado ao Sr. Relator, aos Srs. Deputados Federais, aos Srs. Deputados Estaduais, ao meu querido amigo Joaquim, do Ministério Público, ao Fernando, da Defensoria Pública, ao Dr. Herbert, ao Dr. Nelson Messias, nosso líder, Presidente da AMAGIS, que aqui está também presente, ao Juiz Dr. Afrânio, à Juíza de Contagem. Obrigado às senhoras e aos senhores e estou à disposição para ajudar sempre. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos o Desembargador Alexandre Carvalho. Sabemos que a missão é uma missão árdua, mas tem um ditado chinês também que diz que para caminhar uma milha tem que dar o primeiro passo. Alguns já se anteciparam e deram alguns passos. É preciso que todos estejam nessa mesma direção, focado no mesmo alvo. E o nosso alvo é justamente contribuir para a melhoria do sistema carcerário do nosso País. Sabemos que é um sistema falido, mas nós temos experiências boas, sistemas experientes que estão dando certo. Nós poderemos trabalhar para que essas experiências sejam estendidas para todo o nosso País.

Não podemos afirmar o que é ação ou não da CPI do Sistema Carcerário. Mas a partir da criação da CPI no ano passado, em agosto, o Governo lançou posteriormente o PRONASCI, que é um plano nacional de segurança pública, prevendo investimento de cerca de 7 bilhões de reais. É o maior investimento da história do País por parte do Governo Federal no sistema de segurança pública,



destinando, desses 7 bilhões, 1 bilhão e 290 milhões de reais para a construção de 35 mil novas vagas no sistema carcerário do País. Só para que os presentes tenham noção, hoje uma vaga no sistema carcerário custa cerca de 30 mil reais para qualquer governo, em média, enquanto que uma casa popular, para abrigar 4, 5, 6 pessoas, normalmente é construída com programas do Governo na faixa de 10 a 15 mil reais em nosso País.

Mas o Governo Federal está fazendo investimento, somente neste ano de 2008, de cerca de 1 bilhão e 290 milhões de reais para o início da construção de 35 mil novas vagas no sistema carcerário do País. Hoje, nós temos no Brasil um déficit de 220 mil vagas no setor carcerário. Somente para redistribuirmos as vagas necessárias, para redistribuirmos a população carcerária, sem falar que mais da metade dos presídios devem ser demolidos porque não têm condição de resolver o problema, mas contando com as vagas existentes, inclusive desses presídios que devem ser destruídos, nós temos um déficit de 220 mil vagas.

O Governo Federal tem o programa, está investindo, alguns Governos Estaduais, inclusive o de Minas, estão se antecipando e também estão investindo, estão aumentando a participação. E nós temos de que certeza, se nós continuarmos caminhando nessa direção, nos próximos anos, nós vamos conseguir amenizar o problema da população carcerária no Brasil.

O Congresso está fazendo a sua parte. Nós estamos aprovando a alteração na legislação penal, nós estamos alterando leis orgânicas, criando algumas leis importantes para arrefecermos o problema da violência no País. E aí tem muitas pessoas que encontram a resposta para o problema da violência, e as respostas são sempre as mesmas: não é falta de investimento na educação, é falta de investimento em políticas públicas. E os indicadores estão mostrando que essas 2 respostas nem sempre têm ressonância no problema final. Por quê? Porque nós estamos percebendo que em algumas cidades que mais crescem no País cresce também a violência. No meu Estado, a cidade que mais gera emprego é a mais violenta. Os indicadores mostram que aonde chega o crescimento, chega o desenvolvimento, chega também a violência.

Então, nós temos uma legislação que precisa ser alterada, nós temos alguns tabus que precisam ser quebrados. É comum, no Brasil, atribuímos a violência aos



pobres e aos analfabetos. E eu quero dizer que a maioria dos homens analfabetos e pobres neste País são homens sérios que trabalham pelo País e a violência nós não podemos atribuir aos pobres e aos analfabetos do Brasil. Se tivéssemos que atribuir a violência aos analfabetos do Brasil, nós tínhamos que mudar a legislação. E em vez de dar prisão especial para quem tem curso superior, dar redução de pena para os analfabetos no Brasil. Se nós tivéssemos que atribuir a violência do Brasil à falta de políticas públicas e atribuirmos aos pobres, nós não poderíamos dizer que hoje os indicadores mostram que a margem da sociedade que mais cresce dentro do País na violência são os filhos da classe média e os alunos de 2º grau e dos novos universitários do nosso País, principalmente no consumo de drogas. Reconhecemos que o sistema carcerário bem montado, bem administrado pode contribuir e muito, porque, segundo informações prestadas inclusive aqui nesta Comissão, o número de reincidentes no sistema é muito grande, chega perto de quase 80%. Oitenta por cento das mulheres que estão presas no Brasil têm o marido também preso. Oitenta por cento das mulheres também têm o marido preso. São dados alarmantes que temos que levar em consideração. Ou seja, o Congresso está fazendo a sua parte, o Governo Federal está fazendo a sua parte, alguns Governos Estaduais também estão fazendo a sua parte, algumas instituições estão trabalhando mais, outras menos, mas é importante que todos nós estejamos com o nosso olhar focado para o problema da violência, sem apontarmos apenas uma causa como propulsora do crescimento da violência no Brasil, mas termos o entendimento de que segurança pública se faz com todos, principalmente com o fortalecimento das famílias, que é uma responsabilidade muito grande por parte daqueles que põem os filhos no mundo. Governo, juiz, Polícias Civil e Militar, não são essas as pessoas que geram filhos e põem no meio da sociedade. A família tem um papel muito importante. E se cada pai e mãe cuidar dos seus filhos e entregar para a sociedade homens, cidadãos capazes de produzir bons frutos, com certeza nós poderemos cobrar muito menos, quem sabe, do Governo, do juiz e da polícia e dos professores a solução para a segurança e para o crescimento da violência no Brasil.

Quero, com essas palavras, dizer que nós vamos continuar trabalhando, a CPI e o Congresso Nacional, para darmos a nossa contribuição. É importante que todos continuem dando a sua contribuição. Queremos parabenizar as igrejas, a



Igreja Católica, as Igrejas Evangélicas pelos trabalhos desenvolvidos, e este País só não está pior por causa do trabalho de homens e mulheres, voluntários, de instituições como as igrejas, como as entidades religiosas, Igreja Evangélica, Igreja Católica, as entidades espíritas, que têm feito um trabalho voluntário no País e que durante muitos anos cobriu aquilo que deveria ser feito pelo Estado, pela sua missão. Hoje o Estado começa a trabalhar em áreas onde ele esteve ausente durante muitos séculos, mas o País só não está pior pelo trabalho dessas instituições.

Nós vamos encerrar neste momento esta parte do trabalho da Comissão. Antes, porém, eu quero conceder 2 minutos ao representante do Ministério Público, para fazer as considerações finais, e 2 minutos para o representante da Defensoria Pública para fazer também as suas considerações finais. Eu e vocês, a gente na marcação do tempo.

O SR. JOAQUIM JOSÉ MIRANDA - Perfeitamente. Muito obrigado a V.Exa. Sr. Deputado Neucimar Fraga e lamento mesmo a ausência do Deputado Domingos Dutra e da Deputada Cida Diogo, que fizeram algumas colocações relacionadas às atribuições e eu faço esse esclarecimento porque pelo menos fica registrado, e eles poderão tomar conhecimento oportunamente. O fato é que graças a Deus nós não estamos aqui em Minas Gerais de olhos vendados. A situação prisional de Minas Gerais não conta com aqueles comandos de criminalidade organizada, como infelizmente tem no Rio de Janeiro, o Estado da ilustre Deputada. Então nós temos feito o melhor que está ao nosso alcance, todos temos trabalhado diuturnamente, e damos graças a Deus que com a força que vem do Alto, como disse agora o Sr. Presidente desta CPI, nós sabemos que o Sr. Jesus Cristo tem estado aí presente também ajudando, orientando, abençoando. E as autoridades todas estão com o seu esforço pessoal dedicadas a esta causa. Se tínhamos 17 mil presos há 4 anos e agora temos o dobro, o número de estabelecimentos prisionais também têm crescido. Já estava com superlotação, continua. Algum esforço tem sido feito? Tem, sim, senhor. Se o senhor for hoje até à cadeia da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes, que nós visitamos ontem à tarde, o senhor poderá questionar ali como é que está a periodicidade das visitas do Ministério Público. Se perguntar se nós visitamos mensalmente, eles vão dizer: *“Não. Aqui o Promotor de Justiça visita 3*



vezes ao mês, ou mais". Se o senhor chegar à unidade que foi visitada ontem, a 2ª DP de Contagem, e perguntar aos presos como tem sido a visita do Ministério Público ali e do Judiciário também, diga-se de passagem, que também tem sido freqüente naquele estabelecimento, eles vão dizer que não têm conhecimento. Mas qual a razão, Sr. Deputado? Faço questão de deixar com o senhor o relatório da situação prisional de um a um dos presos de Contagem, que nós não ignoramos. Mas o senhor vai verificar a data de prisão deles: 14 de fevereiro, 3 de fevereiro, 7 de fevereiro, 13 de fevereiro, 13 de fevereiro, 16 de fevereiro, 8 de fevereiro. É assim que o senhor vai ver a relação da data da prisão, do motivo da prisão de cada um daqueles presos. E diga-se mais, Excelência: não há sequer um preso condenado naquele estabelecimento. Conhecemos a situação detalhada de cada um deles. A Defensoria Pública está ali presente. A Polícia Civil está ali presente. O Delegado que cuida daquele estabelecimento, Dr. Paulo, um homem muitíssimo digno, sério, de boa vontade. E vou lhe dizer mais uma coisa: quando se diz que as autoridades estão a cegas, que nenhum preso trabalha, infelizmente fala-se com desconhecimento da causa. Nós temos visto algumas unidades que têm 100% de trabalho; absolutamente 100%. E isso podemos convidá-los para ir até lá. A própria unidade que foi visitada ontem, em primeiro lugar, a das presidiárias, tem uma quantidade de trabalho muito relevante. Ali elas fazem muitos artesanatos, dedicam-se a muitas atividades, muitos cursos são ministrados, apesar da precariedade do ambiente. Trabalham, sim, senhores. Se não indagaram, poderão ainda fazê-lo enquanto estão na nossa Capital. Gostaria de falar sobre a alimentação dos presos. Eu particularmente tenho ido e alimentado a comida dos presos, sempre. Às vezes, até as pessoas falam de brincadeira: lá vem o fila bóia. E eu chego lá e almoço mesmo com os presos. Pego uma das marmitas ali ao acaso no meio daquela caixa e faço questão de comer. A alimentação aqui ela é preparada por nutricionistas. O Estado paga, e paga bem, para todos os presos do sistema penitenciário. Isso nós falamos com segurança porque conhecemos. Nós vamos em cada uma das unidades. Agora, se não está aproveitando a hortaliça local, ali há uma venda do que se produz para a sociedade no seu redor. Quanto às visitas íntimas, nós poderíamos indagar da Deputada que questionou o seguinte: nos falta uma lei. Se ela pudesse nos apontar uma lei sequer que autorize a visita íntima para as



presidiárias, nós iríamos ver a aplicabilidade dessa lei. Mas não temos! É algo feito, dado à discricionariedade de alguns dirigentes de unidades prisionais, mas que é até questionável, porque começa a gerar depois a procriação. O Estado vai ter que se preparar para cuidar, se der o direito de ter relações. Em tese, presume-se aí também um direito à procriação. E aí teria que disciplinar também esse aspecto para ver como é que tudo isso ficaria. Nós gostaríamos de dizer ao senhor que temos algumas ações civis públicas, cujas cópias estão aqui no nosso relatório. Depois de promovermos reuniões nas quais são solucionados muitos dos problemas levantados, em alguns casos, infelizmente, precisamos ajuizar ações civis públicas. E não temos hesitado em fazê-lo. Muitas delas estão propostas, com resultados positivos, com interdição de alguns estabelecimentos. Outras estão até em grau de recurso, como é o caso da ação civil pública que trata da interdição do estabelecimento da 2ª DP de Contagem. Então, estamos, sim, trabalhando, atentos, alertas, disponíveis e continuamos à disposição da CPI. Temos aqui nesse auditório alguns Promotores de Justiça que fizeram questão de comparecer e estão também dispostos a dar o seu depoimento e esclarecer a situação naquilo que lhes diz respeito. Mas fico agradecido, enfim, pela atuação da CPI nesta Capital mineira e quero dizer-lhes que enxergamos como uma contribuição. E se necessário algum esclarecimento, algum dado a mais, nós estamos dispostos, estamos abertos. E não há nada a esconder. Podemos e queremos colaborar para melhorar os graves problemas que também nós temos por aqui. Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO CARMO LARA - Sr. Presidente, só para passar às mãos do Promotor o caso de um preso que está já com pedido para liberar, para autorizar para trabalhar. Ele ajudou a gente muito, ontem, o dia todo. Queria passar isso para depois ele fazer o favor de verificar.

O SR. JOAQUIM JOSÉ MIRANDA JÚNIOR - Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra, por 2 minutos também, o Sr. Defensor Público.

O SR. FERNANDO CAMPELO MARTELLETO - Sr. Presidente, agradeço essa oportunidade para deixar registrado nesta audiência que, apesar das limitações que todos enfrentamos aqui, cada órgão na sua esfera de atuação, é muito importante deixar registrado que os esforços no sentido de melhorar esse modelo e



atuar no sentido de minimizar os problemas estão sendo feitos. A atuação da Defensoria Pública, em parceria com a Secretaria de Defesa Social, tem sido diuturna. A Defensoria é membro integrante do Comitê Integrado de Política Criminal, participando, então, das políticas que são elaboradas, participando das decisões que são tomadas no sentido de atuação, de operação dentro desse sistema. E fazer algumas colocações pontuais aqui acerca de eventuais reclamações que foram feitas pela não-atuação da Defensoria ou da assistência judiciária de modo geral. A Defensoria está presente, sim, no 2º e 4º Distritos Policiais de Contagem. A Defensoria Pública é bastante atuante na Comarca de Ribeirão das Neves, inclusive com uma atuação inovadora, que foi o estabelecimento de um plantão no horário do expediente forense para atender aos familiares dos encarcerados, para que eles tivessem acesso a informações e, com esses dados, eles pudessem melhor lidar com a questão do cumprimento da pena, assim aliviando as tensões sociais que esse sistema gera. Enfim, há um trabalho em conjunto desses órgãos — Secretaria de Defesa Social, Defensoria Pública, Subsecretaria de Assuntos Penitenciários, Agentes Penitenciários, Polícia Civil, Polícia Militar, Judiciário, Ministério Público —, todos atuando de forma integrada. Não são as nossas limitações estruturais que estão nos impedindo de fazer nosso trabalho e de cumprir com a nossa missão constitucional. Apesar das dificuldades, estamos presentes. Os encarcerados do Estado de Minas Gerais não estão privados da assistência judiciária. Não há qualquer tipo de limitação, seja por parte do Judiciário, do Ministério Público ou do Estado em que essa assistência chegue ao preso. E a gente sabe que, lamentavelmente, o discurso do encarcerado, para reivindicar, é focado em 2 aspectos: comida e assistência. Da comida não podemos falar, mas da assistência judiciária podemos dizer que estamos atuando dentro das limitações, mas estamos agindo da melhor maneira possível, alocando os recursos que temos, o material humano que temos, distribuído de forma eqüitativa, para que em todas as comarcas onde existam unidades prisionais, onde exista vara de execução penal, exista a atuação do Defensor Público — isso já é fato no Estado — e também esse trabalho em parceria, um trabalho integrado, no sentido de se promover a política criminal de execução penal, juntamente com a Secretaria de Defesa Social, a Subsecretaria de Assuntos Penitenciários e os demais órgãos do



Conselho Penitenciário. Isso tem sido fomentado, tem procurado ser feito dentro de um trabalho de harmonia, porque é essa ação conjunta que vai produzir os resultados de que nós precisamos. Agradeço a oportunidade de estar aqui e meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu é que agradeço.

Deputado Estadual João Leite, para as considerações finais.

O SR. JOÃO LEITE - Obrigado, Sr. Presidente. Quero, em nome da Assembléia Legislativa, agradecer à presença da Comissão nesta Casa e dizer que a Assembléia Legislativa está muito atenta a essa questão. Vários Deputados aqui têm presença constante nas nossas unidades, a própria Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, a Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa também tem atuação permanente, e também várias legislações nascem aqui. Temos uma legislação que disciplina as revistas nas unidades penais; sou autor dessa legislação. E queria, ao final, desejar felicidades à Comissão. Sei — passamos por isso aqui — que é um trabalho difícil, sabemos que o Sr. Relator terá muito trabalho, mas todos nós temos uma expectativa muito grande nesse trabalho, especialmente nessa modernização das legislações. Aqui mesmo ouvimos, a partir da fala do Promotor, Dr. Joaquim, sobre uma lacuna, que é a questão da visita íntima. Não há uma legislação que determine isso. Depois, tem uma outra questão, que gostaria de deixar como sugestão. Temos visto que, em nível federal, muitas vezes, algo que, pelo menos, dá alguma chance, são os sistemas. Temos o Sistema Único de Saúde com todas as suas dificuldades, mas você tem uma universalização de atendimento. Depois, neste Governo Federal, tivemos a implantação do Sistema Único da Assistência Social, e, de alguma forma também, você tem hoje um financiamento do sistema de assistência social no Brasil. Eu queria sugerir que esta Comissão pudesse fazer uma avaliação para que, a partir desse trabalho e das legislações que o Relator e esta Comissão, ao final, vão propor, esteja quem sabe um sistema para as penitenciárias, para as unidades prisionais, para os Estados. Que, efetivamente, o Tesouro Federal participe com liberação de recursos permanentes, até para que os Estados possam fazer uma previsão, um planejamento a partir dos recursos federais que seriam aportados naquele ano para a construção de unidades penais. Seria, de alguma forma, a contrapartida do



Governo Federal à ação dos Governos Estaduais, que abrigam no seu sistema penitenciário os presos federais do tráfico de drogas, do contrabando de armas. Então, queria fazer essa sugestão, para que tivesse permanentemente, a partir dos cofres federais, um financiamento para o trabalho dos Governos Estaduais, dos Tribunais de Justiça, que desse uma maior possibilidade de trabalho. Vimos aqui colocados pelo Desembargador os limites do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com suas duzentas e noventa e tantas comarcas, com 853 municípios. Eles estão chegando ao teto do gasto previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, queria fazer essa sugestão e desejar felicidades. É um grande desafio. Espero que, ao final, as Deputadas, os Deputados, nosso Relator, nosso Presidente tragam uma grande contribuição ao nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao Deputado João Leite. Agradecemos a presença a todos os Deputados e a todos os que participaram desse primeiro painel conosco.

Vamos suspender os trabalhos...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só para um requerimento. Gostaria de pedir ao Deputado João Leite, se possível, encaminhasse à CPI a cópia do relatório da CPI mineira, que é recente, e todo o aparato legislativo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ah, muito obrigado! O aparato legislativo também já está aqui, os projetos de lei?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEITE - Os projetos de lei estão aí. O Relator foi o Deputado Ivair Nogueira, eu presidi e o Deputado Durval Ângelo foi o Vice-Presidente, com presença do Deputado Martini, colega seu na Câmara dos Deputados — S.Exa. foi autor do requerimento que possibilitou esta CPI em Minas Gerais —, além da participação do Deputado João Batista de Oliveira, hoje Secretário de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais. Está entregue, então, em nome da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos encerrar essa primeira parte do nosso painel e vamos suspender a reunião por 10 minutos, quando os técnicos de som e os taquígrafos terão oportunidade para um descanso. Dentro de 10 minutos vamos voltar com os trabalhos da Comissão Parlamentar de



Inquérito. Vamos ouvir todos os convidados e convocados para estarem conosco na segunda parte da audiência.

Está encerrada, portanto, essa primeira parte dos trabalhos da Comissão.

(A reunião é suspensa.)